

O PROBLEMA DA INTERPRETAÇÃO
DOS ELEMENTOS ANAFÓRICOS

Lúcia Fulgêncio

FACULDADE DE LETRAS - UFMG
1983

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE LETRAS

O PROBLEMA DA INTERPRETAÇÃO
DOS ELEMENTOS ANAFÓRICOS

Lúcia Fulgêncio

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística.

Belo Horizonte, maio de 1983.

Agradeço especialmente

- ao Prof. Dr. Mário A. Perini pelo privilégio que tive, durante o curso de Mestrado e durante a elaboração desta dissertação, em poder usufruir de seu conhecimento sólido, de seu raciocínio lúcido e claro, e de uma inigualável capacidade e interesse em ensinar, além de um incentivo constante.

Agradeço igualmente

- a meus pais, que souberam inculcar em mim o amor pelo estudo, e que se esforçaram sempre em me proporcionar todas as oportunidades que pudessem contribuir para o meu desenvolvimento;
- a Vanda de Oliveira Bittencourt, colega e amiga, que me estimulou a ingressar no curso de Mestrado em Linguística;
- à Profª Íria Maria Renault de Castro Silva, colega muito admirada, pelos ensinamentos ministrados e por ter me ajudado a concretizar o ideal de pertencer ao corpo docente desta Faculdade;
- a Fernando e Juliana, meus filhos, pelas alegrias que me trazem;
- a Paulo Roberto, meu marido, que me dá forças para continuar;
- a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Neste trabalho é examinada a definição de anáfora com base na característica de "presença do antecedente na 'consciousness'"; são observados exemplos onde não é possível explicar a interpretação da anáfora com base neste princípio, uma vez que nem sempre os elementos anafóricos possuem o status 'dado' (de acordo com a definição deste termo apresentada em Liberato, 1980). É observado também, em alguns casos, o relacionamento das anáforas com conceitos que fazem parte de um esquema evocado, e que são trazidos a um nível mais superficial da memória juntamente com o referente do item léxico explícito no texto. São examinados os tipos de relação anafórico-antecedente, estabelecendo-se três bases para a interpretação do significado da anáfora: recuperação literal, reestruturação e inferência pragmática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. Distinção entre antecedente e referente de uma anáfora	04
2. Esquemas	07
CAPÍTULO I	
COMENTÁRIOS A RESPEITO DA DEFINIÇÃO DE ANÁFORA	
1. Conceituação e tipos de anáforas	13
1.1. Matriz semântica	20
1.2. Anáforas tipo "troço"	23
1.3. Catáforas e exóforas	28
1.4. Conclusão	30
2. 1ª observação: referentes não presentes na "consciousness"	31
3. 2ª observação: o relacionamento de anáforas a itens pertencentes a um esquema	38
3.1. Utilização do esquema na resolução de antecedente não explícito no discurso	38
3.2. Utilização do esquema na resolução de antecedente presente no texto porém ambíguo	45
3.3. A importância da predicação	47
3.4. Extensão da atuação dos esquemas	53
3.5. Outro caso de atuação do esquema genérico	61
3.6. Referência anafórica a partes do SN	64

4. Conclusão	70
CAPÍTULO II	
TIPOS DE BASE PARA A RECUPERAÇÃO DO ANTECEDENTE DA ANÁFORA	
1. Introdução	73
2. Classificação	75
2.1. Recuperação de base literal	78
2.2. Reestruturação	85
2.2.1. Alguns tipos de reestruturação	86
2.3. Inferência pragmática	99
2.3.1. Inferências: conhecimentos mais generalizados ou mais restritos	101
2.3.2. Alguns tipos de inferência	107
3. Interação das bases para a recuperação de um antecedente	111
4. Pontos divergentes e complementares deste trabalho com relação aos artigos de Nash-Webber (1977, 1978 e 1980)	117
CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

INTRODUÇÃO

Quando se faz um estudo das relações anafóricas, geralmente parte-se do princípio de que a base para a recuperação do antecedente da anáfora encontra-se no próprio texto, ou melhor dizendo, o antecedente é sugerido pelo texto. De qualquer forma, supõe-se que o referente de uma anáfora esteja sempre expresso linguisticamente, sendo inclusive comum que se procure identificar a qual sintagma se liga um determinado elemento anafórico. É a esse tipo de enfoque que chamamos "clássico", isto é, quando o antecedente da anáfora é sugerido explicitamente dentro do próprio texto.

Porém, podemos observar que a expressão linguística muitas vezes não é suficiente para que se possa identificar os referentes dos elementos anafóricos de um discurso, ou seja, nem sempre um determinado elemento é mencionado explicitamente antes de se fazer referência a ele através de uma anáfora. Dito de outra forma: é comum que um indivíduo se utilize de uma anáfora no decorrer da sua fala, sem que se possa encontrar, examinado o discurso precedente, menção anterior a um elemento que tenha o mesmo referente desta anáfora, e que possa funcionar como seu antecedente. O que procuro estudar aqui são outros tipos de bases para a recupe-

ração dos antecedentes das anáforas além do que está explícito no texto. O ouvinte não se concentra unicamente no que já foi realmente dito para poder identificar a que se refere uma expressão anafórica, mas há casos em que ele se utiliza também de outras fontes que não a própria expressão linguística mencionada anteriormente.

Quando o antecedente não é mencionado no discurso precedente, isto não significa que se encontre necessariamente no ambiente físico. Os casos em que não encontramos o referente expresso linguisticamente não são sempre casos de dêiticos; o ouvinte pode ter ainda outras bases para a interpretação das anáforas de um discurso. Segundo Nash-Webber,

"Há três (...) maneiras pelas quais as entidades do discurso podem ser evocadas: (1) linguisticamente, a partir do discurso explícito; (2) perceptualmente, a partir do ambiente espaço-temporal imediato; e (3) inferencialmente, raciocinando a partir da existência de outras entidades particulares do discurso."

(1978, pág. 7)

Procurarei demonstrar aqui alguns dos recursos que um indivíduo pode utilizar para recuperar o antecedente de um elemento anafórico. Veremos que quando o falante se utiliza de uma anáfora no seu discurso, por exemplo, um pronome, ele acredita que o ouvinte seja capaz de compreender a quem ou a que ele se refere através de correspondências e ligações feitas neste mesmo discurso, no contexto extra-linguístico, ou através de inferências propiciadas pelos

esquemas que são evocados e que emergem na conversação.

Este estudo nos levará, paralelamente, a outro ponto que se mostra fundamental na conceituação das anáforas: o exame das relações das anáforas com as noções de "consciousness", e de dado e novo.

Não é meu objetivo, neste trabalho, estudar e apresentar comentários a respeito das condições sintáticas que estão envolvidas no processo do uso e da resolução das anáforas, sobre as quais já existe uma vasta literatura. Pretendo, antes, procurar ordenar um dos aspectos da interpretação das anáforas, concentrando-me sobretudo na anáfora extra-sentencial. O ponto a ser focalizado diz respeito à relação existente entre a anáfora e seu antecedente, principalmente no que tange à própria natureza das anáforas, comparadas com os status dado/novo (capítulo I), e também com relação aos tipos de base para a recuperação dos antecedentes das anáforas (capítulo II).

A origem dos dados que servem de suporte ao enfoque teórico é bastante assistemática: foram utilizados exemplos obtidos através de gravações da fala espontânea, outros foram emprestados de autores que também se preocuparam com o estudo do fenômeno das anáforas, outros foram hipotetizados, e ainda outros foram obtidos "por acaso", isto é, foram colhidos quando eventualmente eu ouvia algum enunciado que contivesse um emprego interessante de um elemento anafórico.

Antes de passarmos ao estudo das relações ana

fôricas propriamente dito, vamos tratar primeiramente de duas noções subjacentes a toda a discussão posterior, que são (1) as características que definem o antecedente em contraposição ao referente da anáfora, e (2) a noção de 'esquema'.

1. Distinção entre antecedente e referente de uma anáfora

O relacionamento com o contexto lingüístico e com o ambiente físico são meios dos quais o ouvinte pode se utilizar para captar o significado que o falante tencionou transmitir ao expressar-se através de uma anáfora. Esses processos visam recuperar o referente desta anáfora, que pode ser caracterizado como sendo a entidade do discurso do falante que ele pretende que seja captada pelo ouvinte. Nash-Webber define assim a noção de referente pronominal¹ :

"Um pronome definido tem então um referente, que é uma entidade do modelo de discurso ("discourse model") do falante, o qual ele presume que tenha um correspondente no modelo de discurso do ouvinte."

(1978, pág. 5)

1 - Não pretendo discutir aqui o espinhoso problema da definição de referente. Para todos os efeitos, adotarei a mesma conceituação expressa por Nash-Webber (1978), e aqui reproduzida.

Paralelamente ao uso de anáforas, o falante utiliza-se também de descrições para se referir a uma entidade. São essas descrições que muitas vezes propiciam o que Charles Chastain (1975) (apud Donnellan, 1978) chama de "cadeia anafórica", e que consiste numa seqüência de termos configurados de tal forma que todos se referem a uma mesma entidade sugerida de maneira descritiva. É essa descrição, a qual permite ao ouvinte recuperar o referente de uma anáfora, que é chamada de antecedente desta anáfora; ou, em outras palavras: o antecedente é o membro de uma cadeia anafórica que determina o referente de todos os outros membros. Portanto, o referente da anáfora é uma entidade da paisagem mental que é construída no decorrer do discurso; o seu antecedente, por outro lado, é a descrição, transmitida no discurso, que caracteriza esse referente. O texto lingüístico, ao elaborar descrições que configuram ou evocam uma determinada entidade, constitui uma das possíveis fontes de antecedentes anafóricos e, conseqüentemente, de seus referentes.

O que é de fundamental importância neste aspecto é que o antecedente da anáfora não é um elemento do texto, isto é, a anáfora não recupera uma expressão lingüística, mas a idéia ou a noção expressas pela descrição. Como diz Nash-Webber, as expressões anafóricas não se referem a elementos dentro do texto; o texto, assim como o contexto não-lingüístico, servem somente para sugerir os referentes da anáfora. Conseqüentemente, a relação entre a anáfora e seu antecedente é somente indireta.

"Provavelmente o que há de mais importante para se entender sobre os antecedentes é o fato de que eles não são elementos no texto, mas são aqueles sugeridos por ele, sendo que estes conceitos são evocados ou construídos na mente do leitor. Isto é, o antecedente de it em

la. Mary gave Sue a T-shirt.

b. Sue thanked her for it.

não é a seqüência a T-shirt, mas o conceito que o leitor deve ter da camisa que Mary deu a Sue.

(1977, pág. 6)

Além disso, como assinala Donnellan (1978), o referente da anáfora compromete-se muito mais com aquilo que o falante tem em mente (ou seja, com a referência do falante), do que com aquilo que a expressão lingüística denota (ou seja, a referência semântica). Por exemplo:

(1) A - Aquele velho chato lá do escritório foi promovido.

B - É aquele que tem um bigode horrível?

A - É dele mesmo que eu estou falando.

Temos aí uma descrição definida (aquele velho chato lá do escritório) à qual se liga uma série de anáforas. Observe-se que elas se relacionam, na verdade, ao referente do falante, isto é, ao indivíduo evocado por A. (que pode até nem ser velho e chato), e não a quem quer que possa ser denotado por essa expressão, ou seja, o referente semântico.

Convém assinalar ainda que, muito embora exista uma distinção nítida entre o antecedente e o referente da anáfora, muitas vezes esses termos são usados indistintamen-

te um pelo outro.

2. Esquemas

Um aspecto importante da psicologia cognitiva que vem sendo bastante desenvolvido nos últimos anos é a chamada "Teoria dos Esquemas". Estudos recentes nessa área foram elaborados por Schank (1978), com o nome de "scripts"; Minsky (1975), com o nome de "frames"; Rumelhart e Ortony (1976), com o nome de "schemata". Vou utilizar a nomenclatura destes últimos autores, traduzindo "schemata" como "esquemas". Embora haja diferenças entre as colocações de cada um desses autores, há por outro lado uma convergência com relação ao ponto fundamental que orienta esses estudos: trata-se da crença de que a memória tem de ser organizada de forma a permitir ao indivíduo ter acesso a informações relevantes que se ligam a um estímulo, mas que não estão, elas próprias, explícitas na situação apresentada. Estas informações "adicionais" estão guardadas na nossa memória, interagindo com outras informações, de forma a compor um quadro que define um certo tipo de conhecimento. Quando esse conhecimento é focalizado na memória, ativam-se simultaneamente essas informações subjacentes ligadas ao conhecimento focalizado.

Não é nossa intenção fazer um exame crítico de cada uma das propostas apresentadas pelos autores que estudaram o que aqui chamaremos de "esquemas". Faremos uma bre

ve exposição, em linhas gerais, das postulações fundamentais elaboradas por Perini et al. (1982), que partiram da posição de Rumelhart e Ortony (1976), mas têm procurado elaborar e refinar certos aspectos da mesma.

Os esquemas são estruturas que representam a organização do conhecimento, armazenado na memória, e se mostram necessários ao sistema de processamento da informação, ou seja, desempenham um papel importante na compreensão. São compostos de informações que estão ligadas umas às outras, num processo interativo, compondo uma espécie de circuito mental. Como explica Perini,

"Podemos admitir que o sistema de conhecimentos que compõe a nossa memória semântica (a nossa "teoria do mundo") é formado de um grande número de nódulos, cada nódulo sendo um feixe de traços semânticos e estando relacionado com outros nódulos de múltiplas maneiras, de modo a formar uma espécie de "tecido cognitivo"."

(texto inédito)

Isto quer dizer que o conceito que cada um tem de "cachorro", por exemplo, além de possuir traços como [+ animado], [+ quadrúpede], etc, relaciona-se também a outras informações como, por exemplo, raça, cor, finalidade (proteção, companhia, orientação de cegos, etc).

As expressões lingüísticas, assim como qualquer tipo de estímulo sensorial, podem ativar uma parte do chamado "tecido cognitivo" - que inclui um nódulo central + os outros nódulos que se conectam a ele. É a esta área ativa

da na memória por um determinado estímulo que se dá o nome de "esquema". Como explicam Perini et al., os esquemas são

"fatias do mundo dos conceitos que podem ser ativa
das por itens lexicais particulares."

(1982, pág. 181)

Os esquemas representam o nosso conhecimento a nível de qualquer tipo de conceito, ou seja, os esquemas traduzem o nosso conhecimento a respeito de um objeto, como também de ações ou situações, por exemplo.

O fato de os esquemas incluírem o relaciona -
mento de diversas informações armazenadas na memória faz com que eles sejam um ingrediente essencial no estabelecimento de inferências. São estas inferências que, muitas vezes, pro
movem a coesão textual, possibilitando a compreensão. Sabe -
mos que a integração de sentenças não depende somente da com
preensão daquilo que está expresso explicitamente; depende também de certos conhecimentos implícitos, que estabelecem os elos para a ligação lógica das sentenças (ou partes das sentenças). Nas sentenças não estão expressas todas as infor
mações de que o leitor precisa para integrar o texto; muitas dessas informações estão subjacentes e vêm à tona por inter -
médio dos esquemas ativados na mente do leitor ou ouvinte, ficando a seu encargo a tarefa de completar os dados implíci
tos.

É importante observar que os constituintes in
cluídos num determinado esquema não possuem, todos eles, o mesmo tipo de relacionamento ao nóculo central (isto é, à

área mais altamente ativada que qualifica o esquema, identificada com o "nome" deste esquema). Podemos estabelecer pelo menos três tipos de constituintes de natureza diferente que se mostram necessários para a caracterização de um esquema e, portanto, para a explicação da organização do conhecimento na memória:

- 1) TRAÇOS : elementos definicionais inerentes ao nódulo central; estão obrigatoriamente preenchidos. Por exemplo: o esquema de 'cachorro' inclui traços como [+ animal], [+ quadrúpede], [+ mamífero], etc.

- 2) VARIÁVEIS: elementos que também caracterizam o esquema, de presença obrigatória, mas que podem não estar preenchidos; mesmo quando não estão preenchidos, entretanto, pressupõe-se a sua presença e potencial preenchimento. Por exemplo: o esquema de 'cachorro' inclui variáveis rotuladas 'raça', 'tamanho' ou 'cor'. Caso essas variáveis não sejam preenchidas, em determinada realização do esquema, isto é, se não se especificou a que raça pertence o cachorro, ou qual o seu tamanho e cor, isso não significa que o animal não tenha raça, tamanho e cor. Esses são atributos necessários de qualquer cachorro, e ignorar isso equivale a ignorar o que é um cachorro (não possuir o esquema de 'cachorro').

3) EXPECTATIVAS: elementos esperados mas de presença não necessária, isto é, cuja ausência em uma realização particular do esquema não destrói a caracterização deste esquema. Por exemplo: pode-se esperar que um cachorro sirva para guardar uma casa, para caçar, que tenha pulgas, etc.

Incluirei aqui mais um termo com relação aos componentes do esquema, que vai se mostrar útil no tratamento das anáforas: trata-se da noção de "núcleo".

4) NÚCLEO : é a parte do esquema correspondente aos traços, que servem para definir o nódulo central. Diremos então que um esquema particular possui o mesmo núcleo do esquema genérico que lhe corresponde, na medida em que os traços que definem, por exemplo, 'cachorro' (genérico) são idênticos àqueles que definem 'Totô' (um cachorro particular). Os demais traços definidores de 'Totô' que não se encontram no núcleo de 'cachorro' (como delimitação de raça, cor, filiação, etc) são entendidos como variáveis do esquema genérico que se fixam numa determinada realização particular. Apesar de serem constantes, estes elementos continuam possuindo a mesma característica das variáveis, ou seja, o não preenchimento (como por exemplo o des

conhecimento da filiação de Totó) não destrói a caracterização do nóculo central. Quero dizer que a ignorância do valor de uma variável fixada não implica na ausência do esquema na memória (ou na presença de um esquema seriamente inadequado) - em contraste com o caso dos traços, visto anteriormente, em que a ignorância do valor de um traço equivale à ignorância do próprio esquema. Por exemplo, se o meu cachorro se chama Totó, é perfeitamente concebível que alguém o conheça bastante bem sem saber seu nome. Mas não se aceitaria a afirmação de que alguém que não sabe que cachorros são animais, ou quadrúpedes, etc, conheça cachorros.

A descrição que acabo de dar certamente não se aplica a todo e qualquer tipo de esquema encontrado na literatura - mormente se denominarmos "esquemas", como muitos autores, também conjuntos de regras como as que nos permitem realizar tarefas como distinguir o tipo de texto que temos à frente (fábula, anedota, dissertação, etc) ou então reconhecer no texto um caso de resolução de um problema. Restringi minha descrição, grosso modo, aos esquemas que correspondem a elementos lingüísticos de caráter nominal, pois a investigação realizada nesta dissertação se concentra principalmente em casos de anáforas de elementos nominais.

1

COMENTÁRIOS A RESPEITO DA DEFINIÇÃO DE ANÁFORA

1. Conceituação e tipos de anáforas

A anáfora pode ser definida, inicialmente, como um elemento que retoma um referente que já estava presente na mente do ouvinte no momento da comunicação. Seguindo a nomenclatura de Chafe (1974), isto quer dizer que o referente da anáfora deve estar presente na "consciousness" dos participantes do discurso. A "consciousness", por sua vez, é a parte da memória-de-longo-termo (MLT) dos indivíduos que é focalizada ou colocada em evidência num determinado ponto da conversação, isto é, aquilo sobre o qual "se está pensando"². Entretanto, isto não implica obrigatoriamente na consciência da presença dessas informações na mente dos participantes do discurso, nem na consciência por parte do falante de que ele es-

2 - Liberato (1980) retoma assim a posição de Chafe: "Para usar outra expressão de Chafe, 'ter na "consciousness"' significa "estar pensando em". (Liberato, 1980, pág. 16)

tã pressupondo a presença dessas informações na mente do ouvinte³. O conhecimento de que determinados itens estão na área-foco da MLT não é explícito - o que levou Liberato (1980) a conservar o termo inglês "consciousness", em vez de traduzi-lo por "consciência", que dá a idéia de conhecimento explícito. De qualquer forma, o fato de que determinado item se encontra na "consciousness" acarreta certas repercussões de ordem lingüística, que justificam falar-se do fenômeno da anáfora. Se dissermos, seguindo Chafe, que um item presente na "consciousness" é dado (em oposição a um item não presente na "consciousness", que é novo), poderemos afirmar que itens dados são expressos lingüisticamente através de formas características, a que chamaremos "elementos anafóricos", ou mais abreviadamente "anáforas". Toda anáfora deve ser, portanto, necessariamente um elemento dado. Vejamos um exemplo:

(2) Eu aprendia flauta com um professor que eu tinha, o Ricardo. Ele é maestro também.⁴

- anáfora : ele (dado)

Aliás, uma das conseqüências da dadidade é justamente a possibilidade de redução, que pode se realizar com uma pronúncia baixa e rápida, com SNs definidos e com elementos anafóricos⁵, como pode ser verificado nas sentenças

3 - A este respeito veja-se Liberato (1980) págs. 14 - 19.

4 - Estou adotando a convenção de sublinhar a anáfora que será analisada em cada exemplo.

5 - A este respeito veja-se Liberato (1980), págs. 22 - 26.

que se seguem:

(3) Vou visitar o João. O João tá doente. (o SN o João da 2ª sentença é pronunciado de uma maneira baixa e rápida.)

(4) Paulo leu um livro muito bom.

(4a) Eu acho que o livro é de ficção científica.

(4b) Eu acho que ele é de ficção científica.

(4c) Eu acho que é de ficção científica.

O SN indefinido um livro da primeira sentença, que era novo, se realiza em (4a) como definido - o livro - por se tratar de um item dado. Em (4b) e (4c) este mesmo elemento dado é reduzido através do pronome ele em (4b) e da elipse em (4c).

Parece também que a recíproca é verdadeira, ou seja, todo elemento dado é também uma anáfora, na medida em que a compreensão do item dado depende também da presença de conceitos introduzidos anteriormente na mente do indivíduo. Por esta razão vou adotar a convenção de chamar 'anáfora' a qualquer item dado, muito embora o uso mais comum restrinja a denominação 'anáfora' a elementos semanticamente polivalentes, de matriz semântica nula ou reduzida, como ele, isto, aí, etc. O caso típico de anáfora é o dos pronomes e das elipses, como nos exemplos seguintes:

a) exemplo de pronome:

(5) João está doente. Ele vai ter de tomar uma porção de injeções.

- anáfora: ele (pronome - dado)
- matriz semântica: [+ masculino], [+ singular]
- antecedente: João

b) exemplo de elipse:

(6) Eu usei lente. Tenho lente lá em casa. Pergunta se eu consigo usar \emptyset ⁶.

- anáfora: \emptyset (elipse - dado)
- matriz semântica : nula
- antecedente : lente

Como já mostraram diversos autores, e como podemos ver por exemplo nos casos (5) e (6), o estudo das anáforas não é um problema exclusivamente sintático, mas depende também do discurso, já que muitas vezes a anáfora e seu antecedente não se encontram dentro do mesmo período. Nestes casos a correta interpretação da anáfora explica-se da forma seguinte. Para que uma conversação seja conduzida com sucesso, é necessário que se respeitem certas convenções, descritas por Grice (1967) (apud Clark e Haviland, 1977) com o nome de "Cooperative Principle". Estas condições - que os falantes respeitam intuitivamente - associadas à nossa imposição de organização do mundo, nos levam a admitir que duas frases juntas devem formar um texto, e este texto deve conter alguma lógica. Como assinalam Halliday e Hasan,

6 - O símbolo \emptyset é colocado para marcar o lugar onde ocorre a elipse.

"insistimos em interpretar como texto qualquer passagem se há a mais remota possibilidade de fazê-lo."

(1976, pág. 23)

Logo, quando o ouvinte recebe seqüências como as dos exemplos (5) e (6), ele conclui que a segunda frase de cada exemplo muito provavelmente não é solta, isolada da precedente, mas deve ligar-se de alguma forma à informação transmitida na sentença anterior. No caso (5), por exemplo; é o Princípio Cooperativo que nos diz que ele da segunda frase é o João da primeira.

Há ainda outros casos de anáforas citados na literatura, como o de verbos-PRO:

(7) Carlos pediu demissão, coisa que eu nunca faria.

Pelo que foi possível observar, parece que os verbos-PRO não aparecem sozinhos, mas vêm acompanhados de outras anáforas como coisa em (7) e isso em (7').

(7') Carlos pediu demissão. Eu nunca teria coragem de fazer isso.

O mesmo acontece inclusive com verbos sem objeto, como no exemplo (8):

(8) Carlos adormeceu, mas só o fez depois de tirar o meu sono.

Em inglês parece que o comportamento dos verbos-PRO é diferente, já que podem aparecer sozinhos:

(9) Charlie slept immediately; I only did after many hours.

Entretanto, em exemplos onde são empregados verbos como do, Nash-Webber (1977) marca não o verbo como anafórico, mas uma elipse colocada depois dele. Suponho que essa autora, apesar de citar os verbos-PRO como anafóricos, prefira colocá-los, nos seus exemplos, dentro da categoria dos auxiliares. Estes verbos teriam então somente a função de marcar o lugar da anáfora verbal que vem imediatamente depois deles (isto é, não os inclui), indicada formalmente pelo símbolo ' \emptyset '.

Uma análise semelhante seria impossível para o português, uma vez que não há nenhuma razão para se incluir o verbo fazer, por exemplo, entre os auxiliares. Logo, somos levados a analisar certos usos do verbo fazer (como em (7), (7') e (8)) como verdadeiramente anafóricos, embora seja necessário fazer a ressalva de que eles não são "puros", isto é, vêm unidos estruturalmente a outras anáforas.

São também um tipo de anáfora os SNs definidos no contexto como no exemplo que se segue:

(10) Roberto alugou um apartamento muito bom. Só a cozinha é que é pequena.

Em (10) o SN a cozinha é definido pelo contexto como sendo "a cozinha do apartamento que Roberto alugou". Segundo Nash-Webber (1977), o SN a cozinha em (10) é uma anáfora, uma vez que este sintagma não pode ser entendido isoladamente, ou seja, ele só pode ser compreendido de forma ade-

quada em relação ao contexto no qual se insere. Isto quer dizer que, no exemplo em questão, o SN a cozinha só poderá ser interpretado integralmente se estiver ligado ao item apartamento que aparece na primeira sentença. Caso contrário, não seria possível saber de qual cozinha se está falando.

Convém lembrar, inclusive, que o status definido com que é expresso este sintagma evidencia a capacidade do ouvinte identificar o seu referente⁷. Ora, no exemplo (10) o ouvinte só poderá identificar a qual cozinha o falante está se referindo se ele puder relacioná-la com o apartamento que Roberto alugou, mencionado na primeira sentença.

Halliday e Hasan (1976) tratam também de um outro tipo de anáfora, que seriam as chamadas "anáforas lexicais", como no exemplo (11).

(11) Henry parece convencido de que se pode ganhar dinheiro produzindo laticínios. Não sei de onde ele tirou essa idéia.

(1976, pág. 275)

Segundo estes autores, o nome idéia possui uma referência generalizada, e exerce uma importante função coesiva. Conforme explicam,

"um nome genérico em função coesiva é quase sempre acompanhado pelo item referencial o ("the"). Este o é anafórico, e o resultado é que a estrutura inteira 'o + nome genérico' funciona como um item de referência anafórica.

(pág. 275)

7 - Veja-se Chafe (1976), pág. 39.

Segundo Halliday e Hasan, nomes genéricos [+ humanos] são usados freqüentemente com referência anafórica a nomes próprios (cf. pág. 277):

(12) Roberto parece muito chateado com alguma coisa. Eu acho que você deveria bater um papo com o menino.

O item menino refere-se anaforicamente a Roberto. O que evidencia a identidade de referência e a condição anafórica de menino é o artigo definido o ("the"), que este autor chama de "anaphoric reference item". Estes itens anafóricos lexicais se relacionam com os seus antecedentes na medida em que suas matrizes semânticas são parte da dos antecedentes⁸.

1.1. Matriz semântica

Convém observar que os SNs definidos no contexto e as anáforas lexicais já não são tão desprovidos de significado quanto os pronomes e elipses, isto é, a matriz semântica nestes casos é mais complexa, preenchida com um maior número de informações. Poderíamos traçar um contínuo com relação ao conteúdo de informação veiculado por cada tipo de expressão anafórica, que seria o seguinte:

8 -- Quero dizer que, por exemplo em (12), o item Roberto inclui menino, senão no léxico, pelo menos no esquema de quem conhece Roberto.

matriz semântica
mais especificada



- 1) eclipse
- 2) pronomes, verbos-PRO
- 3) SNs definidos no contexto,
anáforas lexicais

Geralmente esse fenômeno da especificação da matriz semântica dos elementos anafóricos não é levado em consideração. Mas a matriz semântica é um traço importante na caracterização dos tipos de anáforas, porque é através de la que é possível explicar o motivo da impossibilidade de se utilizar indiferentemente qualquer tipo de anáfora num determinado contexto. Comparem-se as sentenças abaixo:

(13) Pedro comprou um livro de mistério. Mas quando chegou em casa viu que a última folha estava faltando.

[a última folha (SN definido no contexto) = 'a última folha do livro de mistério que Pedro comprou']

(13') ?Pedro comprou um livro de mistério. Mas quando chegou em casa viu que ela estava faltando.

(13'') ?Pedro comprou um livro de mistério. Mas quando chegou em casa viu que ∅ estava faltando.

Em (13') e (13'') é praticamente impossível dar-se à anáfora o mesmo significado que em (13). Isto porque a matriz semântica das anáforas nos dois últimos casos (ela e ∅) é menos especificada do que em (13), não dando condições ao ouvinte de conseguir depreender, a partir dos traços semânticos expressos, o referente correto da anáfora.

Isto não é evidenciado somente em casos de permuta de pronomes e elipses com SNs definidos no contexto (que estão incluídos, na escala apresentada, no grupo que apresenta a matriz semântica mais especificada). A impossibilidade de se usar indiscriminadamente qualquer tipo de anáfora pode ser demonstrada também quando se troca um pronome por uma elipse como nos exemplos (14) e (14') abaixo. Mais uma vez a explicação desse fenômeno se baseia na maior ou menor carga de informação contida na matriz semântica de cada elemento anafórico.

(14) Vou na casa do Raul e da Ana porque ela está comemorando o seu aniversário hoje.

(14') ?Vou na casa do Raul e da Ana porque \emptyset está comemorando o seu aniversário hoje.

Na sentença (14') não é possível identificar o antecedente da anáfora porque a elipse não carrega a informação [+ feminino] (como acontece com o pronome ela da sentença (14)), que é o que permitiria ao ouvinte decidir se a anáfora se refere a Raul ou a Ana.

Deve-se observar também que, mesmo dentro de cada tipo, como o dos pronomes, existem aqueles com uma matriz semântica mais especificada, e outros em que ela contém um menor número de traços. Isto acontece, por exemplo, com o pronome lhe, que não está caracterizado quanto ao gênero, em contraposição a ele, ela. Comparem-se as sentenças (15) e (15'):

(15) Antônio vai casar com Joaquina dia 20. Vou mandar um presente pra ela.

(15') Antônio vai casar com Joaquina dia 20. Vou mandar-lhe um presente.

O exemplo (15) não é ambíguo, porque o pronome ela possui o traço [+ feminino], o que não acontece com o pronome lhe (exemplo (15')). Quanto maior o número de traços contidos na matriz semântica, maior será a precisão do relacionamento da anáfora ao seu antecedente.

Segundo Perini (1981), em casos como (15') o relacionamento da anáfora se dá preferencialmente com o tópico do discurso e, assim sendo, o ouvinte teria a tendência de interpretar o pronome lhe em (15') como Antônio, e não como Joaquina, como ocorre no exemplo (15).

1.2. Anáforas tipo "troço"

É importante acrescentar à noção tradicional de anáfora que, como todo item dado⁹, o elemento anafórico pode não retomar exatamente o mesmo antecedente expresso no discurso anterior, como nos exemplos (5) e (6), estendendo-se a outros referentes implícitos no texto ou reformulados com base na informação transmitida. Estes casos, dos quais

9 -- Veja-se Liberato (1980), págs. 26 - 27.

apresento um exemplo a seguir, serão tratados mais detalhadamente em outra seção.

(16) A - E a sua irmã, cê falou que é médica também?

B - É, ela tá no quarto ano ø.

[ø = 'do curso de medicina']

Deve-se notar que a recuperação de elementos anafóricos não se liga exclusivamente à retomada de elementos lingüísticos com a mesma referência. Como foi visto no exemplo (16), e como será enfatizado mais adiante, muitas vezes não há um referente lingüisticamente explícito.

Para Nash-Webber (1977), os elementos anafóricos compreendem, como vimos, os pronomes, verbos-PRO, as elipses e "alguns SNs definidos no contexto" (sic); Halliday e Hasan (1976) incluem neste elenco também as chamadas "anáforas lexicais". Todos estes elementos funcionam como uma estratégia usada pelo falante para maximizar a velocidade de transmissão da informação, uma vez que uma pequena palavra, como um pronome, pode recuperar uma série enorme de informações. Além disso, as anáforas exercem uma importante função coesiva ao relacionar e interligar elementos do discurso, dando textura aos enunciados.

Ao analisarmos o português oral encontramos expressões que julgo tratarem-se de anáforas, apesar de não estarem incluídas entre os elementos citados acima. Este é o caso de palavras como coisa, trem, negócio, troço, que não têm sentido próprio, mas que são, como os demais tipos de

anáforas, semanticamente polivalentes, com uma matriz semântica pouco especificada, e inseridas no texto em substituição a um determinado segmento. Geralmente esse tipo de palavra é usado quando o falante não consegue se lembrar imediatamente do vocábulo adequado, mas acredita que o ouvinte consiga depreender o seu significado e identificar o seu referente através do contexto e da paisagem mental que o ouvinte vai criando a partir dos elementos evocados. Observe-se o exemplo (17):

(17) Aí eu fui entregar os slides pro homem, porque o negócio é carrossel -né?- vai colocando em seqüência.

Neste exemplo a palavra negócio, usada aqui com caráter anafórico, refere-se a "projektor de slides".

Outros exemplos deste mesmo emprego de anáforas são os seguintes:

(18) Eu gosto muito de eletrônica, rádio, muito legal mesmo, eu fico impressionado, cê chegar aqui, apertar um negocinho assim e tão te ouvindo lá nos Estados Unidos.

(19) Antes eu num tinha nada que fazer, aí eu ficava lá ajudando ele, leva recado ali, pega os trens lá, e assim.

(20) A - Acho que eu pretendo depois do inglês estudar o alemão, depois o francês.

B - E do ponto de vista da utilidade dessas coisas, pra quê que cê ia usar?

As palavras como troço caracterizam-se pelo

tipo de expectativa do falante com relação à interpretação do ouvinte. Até onde posso ver, o falante usa esse tipo de anáfora segundo dois critérios:

- 19) ele acredita que o ouvinte possa inferir o sentido dessa anáfora imediatamente, a partir de "dicas" do contexto ou por conhecer o assunto de que se fala tão bem quanto ele e por isso o falante não precisa se deter e demorar-se na busca do termo exato;
- 20) o falante não se preocupa se o ouvinte vai encontrar ou não o referente (apesar de ele ter informações contextuais ou pragmáticas para chegar ao significado da anáfora) porque a informação contida na anáfora é tão pouco relevante para o desenrolar do diálogo que não há nenhum prejuízo para a comunicação principal se o ouvinte não interpretar corretamente a anáfora. O falante usa então uma palavra polivalente para não perder tempo procurando na memória o termo conveniente para se referir à entidade pensada por ele. Esta informação seria secundária, não tendo peso ou implicações importantes dentro do tema do discurso. É possível verificar na gravação feita do exemplo que se segue que a entonação de lá na coisa é baixa e rápida, reforçando a hipótese apresentada.

(21) Fui examinar doente fora, fui examinar mãe de aluno lá no... lá perto do nosso lote, atrás do Xuá. Lá na coisa.

- anáfora : coisa

- referente : Bairro São Bento (não mencionado no texto)

- entonação : baixa e rápida
 - informação irrelevante para o desenvolvimento do tema do discurso (relato de uma aula dada pelo falante)
 - referente facilmente identificável pelo ouvinte: ambos sabem onde fica o lote ("nosso lote")
 - conclusão : o falante pode facilmente extrair da anáfora a informação correta, já que tanto o falante quanto o ouvinte conhecem a localização do lote em questão.
- No entanto, a informação é periférica, isto é, não tem peso dentro do tema do discurso, e se o ouvinte não recuperar o referente, o falante pode ainda assim prosseguir o seu discurso sem provocar nenhuma quebra ou perda na sua comunicação central.

Suponho que o falante tenha consciência de que a insistência em tentar lembrar o termo exato para a entidade à qual quer se referir pode trazer prejuízos maiores à comunicação do que simplesmente a utilização de uma anáfora sem antecedente no discurso, arriscando um possível erro ou impossibilidade por parte do ouvinte na identificação do referente. Esses prejuízos maiores seriam, por exemplo:

- (a) realce forçado de um elemento sem grande importância;
- (b) possível desvio do tema do discurso (conseqüência de (a));
- (c) esquecimento do assunto do qual se falava (conseqüência de (a) + passagem do tempo);
- (d) quebra do interesse do ouvinte (conseqüência de (a) + passagem do tempo);
- (e) possibilidade de interrupção por parte do ouvinte devido

a titubeações ou espaço sem fala.

É fácil observar que expressões como troço não são usadas tão freqüentemente na língua escrita quanto na língua falada porque:

- 1º) o escritor não joga com nenhuma premência temporal como o falante, isto é, o escritor dispõe de todo o tempo necessário para procurar lembrar-se do vocábulo que lhe convém;
- 2º) escritor e leitor, ao contrário de falante e ouvinte, possuem relativamente pouca informação em comum. Isto impede que o escritor se utilize de anáforas de base pragmática na mesma proporção que o falante, pois ele não pode fazer quase nenhuma suposição quanto ao tipo de conhecimento do leitor; em outras palavras, o falante é muito mais seguro das suposições que pode fazer do que o escritor.

1.3. Catáforas e exóforas

Este mesmo elenco de itens classificados como anafóricos pode ter ainda outro tipo de referência dentro do texto (ou endofórica): é a referência catafórica. São chamados de catáforas os elementos anafóricos que se relacionam a um elemento que ainda virá mais adiante no discurso; são casos de referência "para a frente", isto é, quando a apresentação do antecedente é feita posteriormente na frase (ou, em

casos mais raros, também no discurso). São exemplos de catáfora os de número (22) e (23).

(22) Quero que você faça isso: copie 200 vezes essa palavra para não errar mais.

(23) Ø ser impopular não é problema para o Armando.

[Ø = 'Armando']

Há ainda outro tipo de referência, que é a exofórica, ou seja, a referência a elementos que pertencem ao contexto situacional. Este é o caso dos dêiticos ou exóforas, onde as expressões anafóricas apontam para o ambiente físico, referindo-se ao contexto extra-lingüístico, como no exemplo seguinte:

(24) Quebrei o amortecedor nele outro dia. (situação: o falante aponta para um buraco na rua)

Como é bastante evidente, tanto as anáforas (no sentido de referência "para trás") quanto as catáforas e as exóforas são manifestações de um mesmo fenômeno, e portanto partilham de características bastante semelhantes que devem ser analisadas paralelamente, sob pena de se perder uma importante generalização. A maior dessas semelhanças é assim descrita por Halliday e Hasan:

"O que é essencial em qualquer exemplo de referência, seja endofórica (textual) seja exofórica (situacional) é que há uma pressuposição que precisa ser satisfeita; aquilo ao qual se faz refe -

rência tem de ser identificável de alguma maneira."

(1976, pág. 33)

Assim sendo, podemos tomar o termo "anáfora" para se referir também a todos esses três tipos, dando-lhe um sentido mais geral e abrangente; sigo aqui a tradição adotada por Lyons:

"Vamos aderir ao uso mais tradicional, segundo o qual 'anáfora' cobre tanto a referência anafórica normal 'para trás' quanto a referência anafórica menos normal 'para a frente', ou antecipatória."

(1977, pág. 659)

1.4. Conclusão

Segundo a definição mais corrente na literatura, apresentada no início deste trabalho, depreende-se que:

- (a) o referente do elemento anafórico deve estar presente na "consciousness" do ouvinte no momento em que a anáfora é enunciada e, conseqüentemente,
- (b) toda anáfora deve possuir necessariamente o status "dado".

Este enfoque, no entanto, mostra-se insuficiente para explicar todos os casos de relações anafóricas. Assim, encontramos problemas na análise de certos enunciados. São estes problemas que examinarei a seguir.

2. 1ª observação: referentes não presentes na "consciousness"

Halliday e Hasan (1976) assinalam que a relação anafórica implica na ocorrência de um item pressuposicional, que retoma algo que veio antes dele (cf. pág. 17). Quando estes autores falam da referência anafórica a "algo que veio antes", eles apontam justamente para a presença do conceito na "consciousness", ali introduzido através do ambiente físico ou de um texto lingüístico. Não é possível dar à palavra "antes" uma conotação muito ampla, indeterminada no tempo, já que é impossível o relacionamento indiscriminado de anáforas a conceitos apenas "conhecidos", isto é, presentes na MLT do ouvinte mas não focalizados naquele momento na mente do ouvinte.

Esta noção de anáfora dependente da presença do referente na "consciousness" apresenta sérias dificuldades, já que encontramos enunciados onde não existe, definitivamente, nenhum elemento que possa servir como antecedente para esta anáfora. Como veremos agora, existe também o uso de elementos anafóricos que não podem ser considerados dados segundo a definição habitual desse termo. Isto acontece em situações controladas, bem definidas, onde inclusive a predicação pode exercer um papel fundamental na identificação do referente.

Há pelo menos dois casos em que um antecedente de um pronome não está presente na "consciousness" do ou-

vinte no momento em que a anáfora aparece no discurso¹⁰. O primeiro deles é o caso de anáforas cujo antecedente se recupera com base em informação não explícita compartilhada por emissor e receptor.

Suponhamos uma situação em que um indivíduo entra numa sala e, dirigindo-se ao seu colega, diz:

(25) Ela não quis me dar o ofício!

Se esta frase for entendida pelo ouvinte, com o reconhecimento da pessoa à qual se refere o pronome ela, isto deveria significar que o referente desta anáfora já estava na "consciousness" do ouvinte. No entanto, se a sentença for interrompida logo após a enunciação deste pronome, isto é, se o falante disser somente

(25') Ela ...

muito provavelmente será impossível identificar a quê ou a quem se refere este pronome. Neste caso, como será explicado mais adiante, é a parte da frase enunciada posteriormente ao pronome ela que determina o referente da anáfora, delimitan-

10 - Seria possível incluir aqui um terceiro caso, que abranje os dêiticos, mas nestas situações é difícil afirmar com segurança em que momento o referente da anáfora é introduzido na mente do ouvinte (através de gestos, por exemplo): se antes ou depois do aparecimento da anáfora. Como há dúvidas a esse respeito, vamos tratar somente de duas situações que considero inequívocas.

do-o dentre um número praticamente infinito de possíveis can-
didatos. Neste exemplo é particularmente evidente a ausência
do referente da anáfora na "consciousness" do ouvinte, uma
vez que a frase é emitida como início de uma conversação.

Outros exemplos semelhantes a este são os ca-
sos das anáforas do tipo troço, como por exemplo em (17),
que repito:

(17) Aí eu fui entregar os slides pro homem, porque o negócio
é carrossel -né?- vai colocando em seqüência.

É importante observar que a palavra projektor,
substituída por negócio, nunca tinha sido mencionada neste
diálogo, e no entanto pôde ser recuperada com uma anáfora
que, conseqüentemente, não tinha antecedente lingüístico.

Casos como os mencionados aqui não são raros.
Transcrevo agora trechos de gravações feitas da linguagem es-
pontânea, onde não existe nenhuma menção explícita ao antece-
dente da anáfora sublinhada; no entanto, o seu sentido pôde
ser facilmente determinado a partir da composição do quadro
da situação que o ouvinte vai construindo através dos fatos
relatados.

(26) A - Você lá na sua escola num tem, num tem é uma turma
sô que vai seguindo não -né?- vai mudando de... de
ano em ano? Cês. vão mudando de turma, como é que é
o esquema?

B - Vai. Hum... é... elas misturam as classes.

A - Sei. Você acha isso bom?

Observe-se a resposta Sei de A, comprovando que a sentença foi compreendida, apesar de conter uma anáfora sem antecedente no texto.

Um outro exemplo semelhante ao anterior, mas onde o conhecimento envolvido é mais restrito, é o que se segue.

(27) A - Porque cê quis participar dessa pesquisa? Perguntaram pra você?

B - Ah, eles perguntaram se eu queria... participar, se eu não ligava, perguntaram, hum... aí eu quis.

A - Porque, que que ocê pensou quando cê foi chamada pra isso?

B - Hum, num sei, que lá no colégio num falaram que que era não -né?-. Perguntei o que que era, ela foi e falou. Perguntou se eu ligava, falei que não.

A - Cê acha importante fazer pesquisa, participar dessas coisas?

O antecedente do pronome ela não foi expresso no discurso, mas esta anáfora pôde ser compreendida pelo ouvinte devido a um conhecimento específico possuído pelos interlocutores, o qual, através das situações expressas, possibilitou ao receptor identificar o significado da anáfora. Note-se inclusive que não há nenhuma quebra no ritmo do diálogo, o que demonstra que o fato de se utilizar neste caso uma anáfora sem antecedente no discurso não trouxe nenhuma dúvida ao ouvinte ou prejuízo com relação ao dinamismo da conver

sação.

Temos ainda o caso das anáforas expressas por SNs definidos no contexto.

(10) Roberto alugou um apartamento muito bom. Só a cozinha é que é pequena.

Como vimos, os SNs definidos no contexto estão incluídos devidamente no elenco das anáforas nominais, uma vez que sintagmas desse tipo têm a sua interpretação estreitamente relacionada a outros elementos explícitos no contexto.

No entanto, o que acontece em (10), por exemplo, é que a anáfora a cozinha vem introduzir uma noção que ainda não havia sido mencionada no discurso (como acontece também nos demais casos mencionados nesta seção). Uma das conclusões que se tira daí é que, conseqüentemente, este sintagma não pode possuir o status "dado", o que vem contrariar todas as generalizações feitas a respeito das condições que permitem o emprego de elementos anafóricos.

O segundo caso de ausência do antecedente na "consciousness" ocorre em exemplos de catáfora, onde a referência é feita "para a frente". Nos exemplos de catáforas citados, e que repito,

(22) Quero que você faça isso: copie 200 vezes essa palavra para não errar mais.

(23) Ø ser impopular não é problema para o Armando.

as catáforas isso em (22) e a elipse em (23) estão relaciona

das anafóricamente a elementos que só são mencionados mais adiante no discurso. Portanto, os referentes não estavam na "consciousness" do ouvinte no instante em que a anáfora foi enunciada.

Concluimos então que a presença do referente na "consciousness" não é uma condição necessária para que se ja possível o emprego de uma anáfora nem em caso de catáfora, nem no de anáfora propriamente dita.

O corolário deste fato é que, assim sendo, também a condição de dadidade das anáforas fica em questão. Isto porque a noção de dado/novo prende-se exclusivamente à condição de presença na "consciousness". Como define Libera-to,

"informação dada é aquela que o falante presume que está na 'consciousness' do ouvinte no momento da comunicação."

(1980, pág. 19)

Como já foi mencionado, acreditava-se que todo elemento anafórico era necessariamente dado. No entanto, a partir das observações aqui feitas, somos levados a admitir também a existência de anafóricos não-dados. Isto acontece nos casos de catáfora e nos casos de anáfora sem antecedente no discurso, mas onde, ou (a) a anáfora é expressa por SNs definidos no contexto, como no caso de (10) (nestes casos há menção explícita, embora reduzida, do elemento a ser recuperado).

(10) Roberto alugou um apartamento muito bom. Só a cozinha é que é pequena.

[a cozinha = 'a cozinha do apartamento que Roberto alugou']

ou (b) a predicação é suficientemente definida a ponto de descartar as possíveis ambigüidades, delimitando um único candidato a referente, como no caso de (17) (nestes casos não há necessidade de menção explícita do elemento a ser recuperado). Sobre este assunto falaremos um pouco mais na seção 3.3..

(17) Aí eu fui entregar os slides pro homem, porque o negócio é carrossel -né?- vai colocando em seqüência.

[negócio = 'projedor de slides']

3. 2ª observação: o relacionamento de anáforas a itens pertencentes a um esquema

3.1. Utilização do esquema na resolução de antecedente não explícito no discurso

Existe uma observação que me parece pertinente com relação à definição de anáfora apresentada no início, e que pode ser exemplificada pela situação expressa na sentença (25):

(25) Ela não quis me dar o ofício!

A interpretação do pronome ela, sem antecedente no discurso anterior, depende de dois pontos:

- 1º) o conhecimento de um fato, partilhado pelos participantes da conversação;
- 2º) certas indicações ou pistas que permitem ao ouvinte buscar na sua MLT o indivíduo ao qual o pronome se refere, trazendo-o a um nível mais acessível da memória. No exemplo (25), a dica na qual o pronome ancora a sua delimitação de significado consiste na informação de "não querer dar o ofício ao falante". Parece que, ao se emitir esta informação, o ouvinte aciona todo um complexo mecanismo de conhecimentos adicionais relacionados a esta situação e não expressos claramente na frase emitida, mas que já foram transmitidos ao ouvinte em outras ocasiões, e que

ele tem guardados na sua MLT. Esta situação - que chamarei de "X = 'dar o ofício ao falante'" - deve trazer a um nível mais superficial da memória do ouvinte diversos elementos que se ligam a ela, como por exemplo: agente de X, motivo de X, etc, e outras ainda, ligadas a elementos contidos em X, como o conteúdo do ofício, os sentimentos do falante com relação ao ofício, etc. É essa carga adicional de informações que vêm como que "grudadas" a uma determinada situação, e que permite que se estabeleçam as inferências e as conexões adequadas para a compreensão de um texto, é que é chamada de "esquema" (Rumelhart e Ortony, 1976), "script" (Schank, 1978) ou "frame" (Minsky, 1975).

Perini (inédito), reestudando as noções expressas originalmente por esses autores, define um esquema como uma fatia do mundo dos conceitos que pode ser estimulada por uma expressão lingüística:

"Definirei então um esquema como sendo uma área do tecido cognitivo que é ativada por um estímulo; mais especificamente, interessam-me aqui as áreas ativadas por uma expressão lingüística."

Assim como quando se menciona um determinado indivíduo ou evento, este passa a fazer parte da "consciousness" do ouvinte, assim também todas as informações possuídas pelo ouvinte e que se ligam a estes indivíduos ou eventos também são trazidos, automaticamente, a um nível mais superficial da memória. Estes elementos podem ser compreendi -

dos como se estivessem agarrados ao nódulo central evocado, compondo um quadro maior de elementos conhecidos que configuram uma situação.

Perini também esclarece esse ponto com a seguinte explicação:

"Digamos que no circuito ativado por uma expressão lingüística (ou outro estímulo) seja possível distinguir um nódulo, uma área focal, mais altamente ativada, assim como uma área intermediária, pouco ativada, etc, em um contínuo até chegar a áreas não ativadas. Dessa forma, embora não se possa delimitar com precisão a área ativada, haverá um núcleo claramente ativado, além de uma zona semi-ativada em graus diversos."

A explicação da interpretação correta de uma sentença como (25),

(25) Ela não quis me dar o ofício!

onde não existe um antecedente explícito para a anáfora, baseia-se num mecanismo de inferência que se apoia, por sua vez, nos esquemas apreendidos através das expressões lingüísticas: o referente do pronome faz parte do esquema da situação X, enunciada posteriormente ao pronome, e que traz à lembrança do ouvinte o referente do agente de X.

Um outro exemplo semelhante em que é possível a compreensão de uma anáfora cujo antecedente não foi expresso no texto, mas que pode ser determinado com base nos esquemas, é o seguinte:

(28) Não sei pra quê que fica ajuntando esse montão de moeda. Agora, eles, lá na praia, adoram quando a gente leva um trocado.

[eles = 'vendedores ambulantes na praia']

Acredito que o pronome eles no exemplo acima nunca poderia ser analisado como sujeito indeterminado. No exemplo (28) o pronome não se refere a qualquer indivíduo, a um ser inespecífico, nem mesmo a qualquer indivíduo dentro do contexto de praia, uma vez que ele não pode se referir aos banhistas, ou salva-vidas, mas somente aos vendedores. Como é então que o ouvinte consegue especificar tão exatamente o referente de eles, já que o seu antecedente não ocorre no contexto nem anterior nem posterior ao pronome? Somos obrigados a admitir que, de alguma forma, este antecedente foi suscitado na mente do ouvinte, sem ter sido mencionado explicitamente no discurso. A única explicação que posso encontrar para este fato é a de que a noção de 'vendedores' foi trazida à tona ao se mencionar as situações expressas em (28). Isto é o mesmo que dizer que a noção de 'vendedores' estava ligada ao esquema levantado e, portanto, trazida a um nível mais superficial da memória, possibilitando a sua menção através de uma anáfora. Mais uma vez vemos que as anáforas não se referem a elementos lingüísticos expressos no texto e, além disso, somos obrigados novamente a buscar uma explicação para a interpretação de certas anáforas com base nos esquemas levantados no discurso.

É esta também a situação que ocorre com as anáforas do tipo de troço. Voltando ao exemplo (17):

(17) Aí eu fui entregar os slides pro homem, porque o negócio é carrossel -né?- vai colocando em seqüência.

A palavra slide usada anteriormente no discurso, somada à palavra carrossel que caracteriza negócio fizeram com que o ouvinte inferisse corretamente o significado da expressão, interpretando o nome negócio como se referindo a 'projektor de slides'. Essa noção expressa pela anáfora não aparece no discurso em momento algum, e só pode ser recuperada com base nos esquemas propostos pelos itens léxicos presentes no texto.

A explicação para a interpretação correta de SNs definidos no contexto também tem base nos esquemas. Voltemos ao exemplo (10):

(10) Roberto alugou um apartamento muito bom. Só a cozinha é que é pequena.

Em (10) o sintagma a cozinha é compreendido como 'a cozinha do apartamento que Roberto alugou' devido a dois fatores:

- (a) Em primeiro lugar, por causa do Princípio Cooperativo formulado por Grice (1967), e comentado na página 16.
- (b) Em segundo lugar, baseado no conhecimento do mundo possuído pelos participantes da conversação, que compreende informações como, por exemplo, que apartamentos têm cozi

nhas. Em outras palavras, o item apartamento gera a ex - pectativa de que haja também uma cozinha. O ouvinte é en tão capaz de inferir que a cozinha em questão pertence certamente ao apartamento ao qual se faz referência na primeira sentença.

Alguns autores estudaram esse tipo de expecta - tivas criadas por uma palavra, chegando à conclusão de que, ao se nomear um determinado SN, parece que 'ele "puxa" junta - mente com o seu referente uma série de outros elementos que se ligam semanticamente a ele.

Deve-se notar inclusive que estes dois fato - res apontados acima são tão fortes que excluem qualquer ou - tra interpretação. Assim, o ouvinte não tem dificuldades pa - ra estabelecer a inferência que permite a compreensão de (10), e nem mesmo percebe a complexidade na integração des - sas sentenças.

Aqui convém esclarecer um ponto: a facilidade na integração de sentenças, onde há a necessidade do estabe - lecimento de uma inferência que atue como ponte nesta liga - ção, não ocorre de maneira idêntica em todos os casos. Por exemplo: nem sempre é imediata a compreensão das anáforas ex pressas por SNs definidos no contexto. Observe-se o exemplo seguinte:

(10') Roberto alugou um apartamento muito bom. Só o sofá é que está velho.

Por alguma razão, as frases de (10') são mais

difíceis de serem integradas em um texto do que as de (10). Apesar de sabermos que apartamentos têm sofás, parece que esta ligação é bem menos evidente e direta do que a que encontramos em (10), ou seja, a de que apartamentos têm cozinhas. Enquanto que em (10) o SN possui uma única interpretação - 'a cozinha do apartamento que Roberto alugou' - temos em (10') mais de uma possibilidade de interpretação: (a) o sofá poderia ser o que Roberto já possuía anteriormente, ou (b) o que estava no apartamento (e neste caso Roberto teria alugado um apartamento mobiliado); e talvez ainda haja outras alternativas.

Esta variação da facilidade de integração de um texto diz respeito à teoria dos esquemas assim como foi proposta por Perini et al. (1982). Segundo explicam estes autores,

"as expectativas variam em 'força de presença', sendo algumas mais 'presentes' do que outras, de acordo com critérios sócio-culturais e/ou individuais (...), e essa força provavelmente se relaciona inversamente com a dificuldade que o leitor terá em utilizar a expectativa para integrar um texto."

(1982, págs. 184 - 185)

Vemos então que os possíveis antecedentes de anáforas não são somente os itens lingüísticos explícitos no discurso, mas também os itens que fazem parte de um esquema proposto num enunciado. Deve-se lembrar aqui também o caso dos dêiticos, onde é o ambiente físico, extra-lingüístico,

que evoca certos elementos referenciais que possibilitam a identificação do significado da anáfora.

Se os elementos que compõem um esquema também fazem parte da "consciousness", ou seja, se eles são trazidos ao nível da "consciousness" juntamente com o item léxico explícito que constitui o seu núcleo, é uma possibilidade a ser mais estudada. Isto, no entanto, não é de fundamental importância na conceituação das anáforas, uma vez que já mostramos na seção 2 que é possível, também em outros casos, a utilização de um elemento anafórico sem que o seu referente esteja presente na "consciousness" do ouvinte.

3.2. Utilização do esquema na resolução de antecedente presente no texto porém ambíguo

Podemos observar que casos semelhantes aos de número (17), (25) e (28), por exemplo, onde somente é possível interpretar a anáfora após a sua enunciação, através de informações adicionais semânticas ou pragmáticas, não são raros. Vejamos ainda outro exemplo:

(29) Mário emprestou o carro a Antônio porque ele não usa mais.

Até o momento em que aparece o pronome ele na sentença, é impossível afirmar a qual indivíduo é feita referência, se a Mário, a Antônio, ou ao carro, uma vez que, se

a sentença fosse

(29') Mário emprestou o carro a Antônio porque ele detesta
andar a pé.

o pronome ele seria interpretado como "[= 'Antônio']". Se fosse

(29'') Mário emprestou o carro a Antônio porque ele enguiçou
e só Antônio sabe consertá-lo.

ele seria "[= 'carro']". Já na sentença original (29), "[ele = 'Mário']".

Vemos então que o pronome é ambíguo até o momento em que é enunciado, e que só se pode chegar à identificação do significado desta anáfora a partir das informações veiculadas posteriormente ao pronome, que determinam restrições à interpretação. Portanto o que ocorre, também neste caso, é um recurso ao esquema evocado para que seja possível desambiguar o pronome, elegendo-se um único antecedente para a anáfora. As situações em (29) de 'não usar mais o carro', em (29') de 'detestar andar a pé', em (29'') de 'enguiçar', levantam certas expectativas que proíbem algumas interpretações, privilegiando outras.

Esses exemplos evidenciam que nem sempre o contexto anterior à anáfora é suficiente para que se possa identificar o seu antecedente; muitas vezes é imprescindível buscar um apoio no contexto posterior, para que o ouvinte consiga resolver certas ambigüidades de referência.

Nos exemplos (29), (29') e (29''), onde existe uma dependência do contexto lingüístico adjacente posterior à anáfora, é fácil perceber que ocorre um relacionamento decisivo entre as expectativas geradas pelos esquemas propostos pelo texto e o antecedente da anáfora.

3.3. A importância da predicação

Vê-se então que nem sempre é possível interpretar a anáfora no momento em que é enunciada ou então isolada de outros indicadores lingüísticos ou extra-lingüísticos. Algumas vezes a anáfora é altamente dependente do contexto físico ou lingüístico que a acompanha, porque é ele que possibilita ao ouvinte identificar o referente do elemento anafórico (como nos exemplos de ausência de antecedente na "consciousness"), ou então é ele que compõe um quadro que restringe os possíveis antecedentes (como nos exemplos (29), (29') e (29'')).

Para reforçar este ponto vamos retornar a um exemplo mencionado no início deste trabalho, acrescentando-lhe algumas modificações.

(10) Roberto alugou um apartamento muito bom. Só a cozinha é que é pequena.

[a cozinha = 'a cozinha do apartamento que Roberto alugou']

(10'') ?Roberto alugou um apartamento muito bom. Só a coisa é que é pequena.

(30) Roberto alugou um apartamento muito bom. Mas o negócio lá só tem vaga para um carro.

[o negócio = 'a garagem do apartamento que Roberto alugou']

As sentenças de (10'') e de (30) são extremamente semelhantes. Porém, o exemplo (10'') não é tão compreensível quanto (30), porque em (10'') não é possível estabelecer-se claramente e com precisão um único referente para a anáfora coisa; o mesmo, no entanto, não acontece em (30), onde é perfeitamente possível identificar o significado de negócio, apesar de não existir no texto um antecedente explícito para esta anáfora.

O nosso problema consiste então em explicar

- (a) porque o ouvinte não tem a mesma facilidade em interpretar (10'') e (30), e
- (b) porque para se referir à 'cozinha' numa sentença como (10'') não é possível usar uma anáfora do tipo troço, mas é necessário o emprego de um SN definido no contexto, como acontece em (10).

Vimos anteriormente que, em casos como os que estamos analisando agora, onde a anáfora não possui um antecedente explícito no texto, a anáfora tem a sua interpretação apoiada no esquema apreendido pelas expressões linguísticas do texto (cf. págs. 39 - 40). Partindo deste ponto de

vista, vamos ver então o que acontece nos três exemplos citados.

Em todos os três casos a anáfora relaciona-se a um conceito que é "trazido à tona" juntamente com o conceito de 'apartamento', ou seja, faz parte do esquema cujo núcleo é 'apartamento'. Ora, a noção de 'cozinha', por exemplo, não é a única que vem ligada a este item léxico, mas inúmeras outras informações que ajudam a compor a noção que cada indivíduo tem de 'apartamento'. Algumas são mais generalizadas, do domínio de um maior número de pessoas, e outras mais individualizadas, dependendo da vivência e do conhecimento de cada um. Assim, ao se mencionar o item apartamento, são ativados na memória do ouvinte diversos outros conceitos a ele ligados. Como então seria possível em (10'') saber a qual desses conceitos pertencentes ao esquema de 'apartamento' refere-se a anáfora coisa? Ela poderia substituir tanto a palavra cozinha, como também 'sala', 'área de serviço', 'garagem', 'porta', 'janela', e assim por diante. O texto (10'') fica ambíguo, uma vez que não é possível conferir à anáfora um significado único.

Mas agora temos de explicar porque foi possível em (30) o emprego de uma anáfora do tipo troço em condições semelhantes à de (10''), onde isto não foi possível.

Observe-se que a diferença entre (10'') e (30) é a predicação que caracteriza a anáfora. Podemos supor, portanto, que ela influi decisivamente na escolha de a qual dos elementos do esquema é feita a referência, desambiguando a

anáfora. Com efeito, podemos observar que a anáfora a cozinha do exemplo (10), que é um SN definido no contexto, não pode sofrer uma redução maior da sua matriz semântica - isto é, não se pode utilizar neste caso uma anáfora do tipo troço (como no exemplo (10')) para se referir à cozinha em questão - porque a predicação é pequena é demasiadamente inespecífica para poder delimitar um único referente entre os muitos ativados no esquema de apartamento. Já no exemplo (30) a predicação é suficiente para definir só um entre os referentes potenciais, porque o único elemento do esquema de apartamento que pode 'só ter vaga para um carro' é, obviamente, a garagem. Por isso é que foi possível, em (30), utilizar uma anáfora com uma matriz semântica pouco especificada, relacionada a um conceito não presente explicitamente no texto, mas incluído no esquema ativado.

Podemos concluir a partir dessas observações um outro fato importante: parece que as anáforas relacionadas a partes do esquema diferentes do seu núcleo necessitam de um ancoramento duplo no texto para que seja possível a depreensão correta do seu significado. O primeiro ancoramento teria a função de ativar na memória do receptor o conceito a ser recuperado pela anáfora (no exemplo (30) seria o item léxico apartamento); o segundo teria a função de restringir o significado do elemento anafórico, descartando todos os referentes potenciais menos um, apontando então para este elemento já ativado, de forma a caracterizá-lo e a defini-lo (no exemplo (30), corresponde à informação de 'ter vaga para

carro').

Vamos mostrar como isso acontece também em outro exemplo:

(17) Aí eu fui entregar os slides pro homem, porque o negócio é carrossel -né?- vai colocando em seqüência.

O item slide inclui no seu esquema o conceito de 'projektor', que emerge a um nível mais acessível da memória do ouvinte, juntamente com todos os outros itens aos quais se conecta o núcleo referido explicitamente no texto. O item slide seria então o primeiro ponto no qual o ouvinte se apoia para interpretar a anáfora negócio. Em seguida aparece a palavra carrossel caracterizando negócio, que seria a segunda amarração da anáfora. Ora, o único elemento pertencente ao esquema de slide que pode ser qualificado como 'carrossel' é 'projektor': fica assim definido o significado da anáfora.

Mostrei acima a importância da predicação em casos de relacionamento de uma anáfora (com uma matriz semântica pouco especificada) a elementos pertencentes a um esquema levantado num texto. Porém, não é este o único caso em que a predicação exerce um papel decisivo. Retomemos o exemplo (25):

(25) Ela não quis me dar o ofício!

Em (25) o ouvinte tem de relacionar a parte da frase posterior ao pronome (não quis me dar o ofício) com

um conhecimento armazenado na sua MLT que identifica o agente de 'dar o ofício'. Este relacionamento propiciado pela predicação é também auxiliado pela informação [+ feminino] que a anáfora carrega.

Também em enunciados como (29), que repito,

(29) Mário emprestou o carro a Antônio porque ele não usa mais.

onde o antecedente é mencionado explicitamente no texto, a predicação é decisiva na identificação do referente da anáfora. Como já dissemos, o pronome ele poderia referir-se tanto a Mário quanto a Antônio ou ao carro, dependendo da maneira como se completa a sentença, depois do pronome. Fica claro então que é justamente a predicação que funciona neste caso como o elemento que desambigua o pronome e isola o antecedente correto da anáfora.

Resumindo, pode-se dizer que a predicação exerce um papel crucial nos seguintes casos:

a) quando é feita a retomada (através de anáfora tipo troço, por exemplo) de um elemento que compõe um esquema, mas não é o seu núcleo (apenas o núcleo vem explícito no texto). Por exemplo:

(17) Aí eu fui entregar os slides pro homem, porque o negócio é carrossel -né?- vai colocando em seqüência.

b) nos outros casos da seção 2 (exceto em caso de SN definido), quando o referente da anáfora não está presente na

"consciousness". Por exemplo:

(23) Ø ser impopular não é problema para o Armando.

(25) Ela não quis me dar o ofício!

c) nos enunciados do tipo (29), (29') e (29''), onde o antecedente aparece literalmente no texto anterior à anáfora, mas existem vários candidatos possíveis a antecedente desta anáfora.

(29) Mário emprestou o carro a Antônio porque ele não usa mais.

Em todos os casos citados (a, b e c), encontramos um ponto em comum: em todos eles existem diversos candidatos a referente da anáfora; logo, sem a predicação a anáfora seria ambígua. Pode-se concluir daí que a predicação exerce um papel fundamental em casos onde existem concorrentes viáveis a antecedente da anáfora; a predicação funciona, portanto, como um filtro de ambigüidades.

3.4. Extensão da atuação dos esquemas

Vimos até agora, entre outras coisas, que a retomada anafórica pode se dar com base nos esquemas evocados, em casos em que existem concorrentes viáveis a antecedente. Vamos analisar agora outros dados que reafirmam e estendem esta análise, ampliando o seu campo de atuação.

Observe-se o seguinte exemplo:

(31) Raquel ganhou este presente, e eu ganhei aquele \emptyset ¹¹.

A anáfora \emptyset em (31) poderia ser analisada de várias maneiras, como veremos a seguir.

A primeira delas considera que em (31) houve a passagem de um conceito particular (este presente) para outro particular (aquele \emptyset). Isto implicaria em considerar, para efeito de análise, somente o SN inteiro, sem isolamento de seus componentes, uma vez que é somente o SN inteiro que expressa o conceito individual. Seguindo as linhas sugeridas por Liberato (1980, pág. 25), um SN como este presente se analisa semanticamente como 'conceito genérico de presente' + 'um especificador de indivíduo' (dentro do conjunto definido pelo conceito genérico).

Este ponto de vista, que enfoca somente o SN inteiro, traria, pelo menos, três inconvenientes.

O primeiro deles refere-se à análise de frases como:

(32) Detesto gatos siameses. Um \emptyset me arranhou quando eu era pequeno.

Se levarmos em consideração na nossa análise

11 - A palavra aquele não é um pronome, como querem os gramáticos tradicionais, mas um determinante; o nome ao qual se referia sofreu queda ("deletion"). A este respeito veja-se Pontes (1980).

somente o SN inteiro, teremos de admitir que em (32) houve a passagem de um conceito genérico (gatos siameses) para um conceito particular (um Ø). Esta seria uma proposta bastante ad-hoc, visto que parece ser impossível referir-se a um conceito particular através da menção do seu genérico correspondente, como é demonstrado pela má formação de (32'):

(32')?Detesto gatos siameses. Ele me arranhou quando eu era pequeno.¹²

O segundo problema relativo a este tipo de raciocínio pode ser exemplificado pela sentença (33):

(33) João e Maria foram passear no bosque. Ele jogou migalhas de pão no chão para saber o caminho de volta.

O SN sujeito na primeira sentença de (33) é João e Maria. Entretanto, na segunda sentença, o pronome ele retoma somente parte deste SN, a saber, João. Ora, se não podemos analisar as partes que compõem um SN, teríamos então de dizer que neste caso houve uma reelaboração das informações transmitidas para que fosse possível recuperar um N dentro de um SN. Mas esta posição é bastante inconveniente, visto que não há dúvida de que temos, em João e Maria, dois referentes, um para João, e outro para Maria. Assim, o pronome

12 - Veja-se uma explicação desse fenômeno no capítulo II, seção 2.2.1., caso 8.

ele recupera um referente independente, e não um "referente dentro de outro", o que não sustenta a possibilidade de haver, neste caso, uma reelaboração do antecedente.

O terceiro inconveniente decorrente da posição que sustenta que a referência anafórica só pode tomar como antecedente um SN inteiro, e não seus constituintes, refere-se ao fato de encontrarmos em (31) uma anáfora (\emptyset), dentro de um sintagma novo (aquela \emptyset). Se só pudéssemos focar o SN inteiro, seríamos obrigados a dizer que, em aquela \emptyset , a anáfora possui o status novo, assim como todo o SN, uma vez que esta primeira hipótese não enfoca a análise de partes do SN, independentemente do sintagma que as contém. Ora, sabemos que só é possível a ocorrência de um anafórico novo em condições específicas (veja-se as seções 2., 3.1. e 3.3.), que não se verificam aqui.

A segunda hipótese, apresentada em Liberato (1980), considera que em frases como (31), que repito,

(31) Raquel ganhou este presente, e eu ganhei aquela \emptyset .

houve uma passagem do conceito particular (expresso por este presente) para o genérico (expresso pela elipse no SN aquela \emptyset). A autora se exprime da seguinte maneira:

"(...) a dadidade se aplica não apenas ao mesmo referente, (...) mas também se estende a outros referentes, como em casos em que a dadidade se estende de um particular para um genérico (cf. sentenças (24) - (25))."

(págs. 26 - 27)

"(24) O carro amarelo está muito bom.

(25) Mas eu vou comprar o branco."

(pág. 25)

O problema que vejo nesta análise é o fato de se considerar, na primeira oração de (31), o SN completo (este presente) e, na segunda oração deste mesmo exemplo, somente parte do SN (a elipse \emptyset). O que ocorre, portanto, é uma flutuação no tratamento do SN, envolvendo por vezes todo o sintagma, e por vezes somente parte dele. Assim, abre-se mão da restrição que diz que só SNs inteiros podem ser antecedentes de anáforas, sem aproveitar a vantagem de se poder analisar o carro amarelo no exemplo (24) da citação e o \emptyset branco em (25) de maneira paralela.

A terceira hipótese, que é a que proponho, admite que em (31) houve a retomada do conceito genérico contido em este presente. Este genérico vem ligado ao conceito particular expresso explicitamente, porque compõe o esquema no qual está contido o referente particular. Observe-se que não estou considerando aqui que houve a retomada literal de um possível referente genérico expresso pelo nome presente, uma vez que não acredito que o sintagma este presente remeta a dois referentes - um genérico e outro particular - mas somente ao referente particular.

Considero, desta forma, que todo conceito particular está intimamente unido ao seu genérico correspondente, pois ambos fazem parte do mesmo esquema, sendo que esta ligação é imprescindível, pois é o conceito genérico que dá

identidade ao particular; os qualificativos, demonstrativos, etc, que o acompanham, vêm lhe conferir individualidade. Por exemplo: a expressão "a mesa ali no canto" só será verdadeira se o objeto em questão tiver certas características que possam defini-lo como mesa mesmo (e não como liquidificador, por exemplo). Isto quer dizer, justamente, que cada indivíduo só pode ser compreendido em relação ao conjunto genérico que engloba cada particular definido da mesma forma.

É importante observar ainda que seria absurdo se o tipo de raciocínio e o comportamento mental do ser humano tivessem de incluir um esquema para cada SN particular. O armazenamento de informações incluiria diversas noções redundantes, com o reduplicamento de, no mínimo, todo conceito genérico que define cada particular pertencente ao mesmo conjunto.

Assim, acredito que seja bem mais lógico e mais econômico conceber os conceitos particulares como integrados ao esquema do conceito genérico correspondente. Esta colocação estaria de acordo com a posição adotada por Rumelhart quando diz que:

"Temos esquemas para representar todos os níveis de nossa experiência, em todos os níveis de abstração."

(1980, pág. 41)

A conclusão que se tira dessas observações é a seguinte: quando o falante faz uma referência, ele "ativa" na mente do ouvinte não somente este conceito único, mas tam

bém o esquema genérico super-ordenado a este esquema particular, sem o qual ele não pode ser compreendido. No nosso exemplo (31), é a ativação do conceito genérico de 'presente', através do esquema levantado, é que cria condições para a redução anafórica no sintagma aquele \emptyset , já que todos esses dois particulares estão ligados ao mesmo esquema genérico.

Portanto, o referente do sintagma aquele \emptyset , por exemplo, tem de ser "computado" a partir das noções expressas. Este "cômputo" do SN pode ser entendido como uma operação onde o ouvinte soma ao conceito genérico evocado (representado pela elipse) o especificador de indivíduo (aquele), obtendo como resultado o conceito particular ao qual se refere todo o sintagma. Podemos então dizer que o significado de um SN específico (ou, talvez melhor, a sua referência), seria computado a partir de seu conceito (esquema) genérico, com o auxílio de: (a) especificadores lingüísticos e, em alguns casos, também (b) elementos cognitivos tais como presença na "consciousness" e presença no contexto físico.

Resumindo: no exemplo (31), tanto o SN este presente quanto o SN aquele \emptyset apontam somente para os respectivos conceitos particulares. Decompondo-se o primeiro SN teremos, além do especificador de indivíduo (este), o nome presente que, além de ser o núcleo do esquema particular ativado pelo sintagma, remete também ao esquema genérico de 'presente' ao qual se vincula intimamente, num mecanismo de

ativação do tipo "bottom-up" ou "data-driven"¹³. Concebemos o esquema genérico como uma rede de conhecimentos bastante ampla, que engloba todos os conceitos particulares definidos da mesma forma, isto é, que possuem os mesmos traços semânticos; o esquema particular, por sua vez, é visto como uma instanciação de uma parte do esquema genérico que é focalizada num determinado momento. Rumelhart define este termo do seguinte modo:

"(...) um esquema é instanciado sempre que uma configuração particular de valores é vinculada a uma configuração particular de variáveis, num dado momento do tempo."

(1980, pág. 36)

A elipse em aquele \emptyset recupera o conceito genérico ativado na mente do ouvinte, e o utiliza para, juntamente com o determinante aquele, compor uma nova instanciação deste esquema, que será o esquema deste outro presente parti

13 - Rumelhart explica assim este mecanismo de ativação de um esquema:

"Um segundo mecanismo de ativação de esquemas é a ativação "bottom-up" ou "data-driven". Diz-se que um esquema é ativado de baixo para cima ("from the bottom-up") sempre que um sub-esquema que foi ativado de alguma forma causa a ativação dos vários esquemas dos quais ele é uma parte. (...) Portanto, enquanto que a ativação "conceptually driven" vai do todo para a parte, a ativação "data-driven" vai da parte para o todo.

(1980, pág. 42)

cular. O núcleo desta nova área focalizada, que é a zona mais altamente ativada, corresponde exatamente ao referente evocado na mente do ouvinte.

3.5. Outro caso de atuação do esquema genérico

A explicação dada acima, onde o esquema particular liga-se estreitamente ao esquema genérico, serve também para explicar outros empregos de anáfora. Vejamos o exemplo seguinte:

(34) Maria comprou um curió. Um amigo lhe disse que eles são ótimos para cantar.

O SN um curió, ao qual se liga anaforicamente o pronome eles, remete a um referente particular; o pronome eles, ao contrário, refere-se a um conceito genérico. Como foi então que o ouvinte pôde relacionar esses dois itens? Que caminhos ele tomou para conseguir depreender, a partir de uma noção individual, o conceito de classe expresso pela anáfora eles? A explicação desses fatos liga-se novamente à noção de esquema assim como vem sendo utilizada até aqui.

Já vimos que uma expressão lingüística tem a capacidade de ativar parte do "tecido" cognitivo armazenado na memória - que são os esquemas - em graus diversos, isto é, ressaltando uma área intensamente focalizada, e ativando

ainda outras regiões com maior ou menor realce¹⁴. O nódulo central que liga todo esse circuito cognitivo corresponde ao referente dessa expressão lingüística.

Semelhantemente ao exemplo (31) que examinamos, temos em (34) um conceito individual (o curió que Maria comprou) que ativa o esquema particular onde este conceito aparece como nódulo central. Este esquema, por sua vez, vem sendo definido como uma instanciação do esquema genérico correspondente, isto é, é parte integrante desse esquema genérico que, portanto, é também ativado na mente do receptor. Ora, como esta área está sendo focalizada na memória do ouvinte, ela é passível de ser recuperada por intermédio de uma anáfora.

É interessante observar aqui o comportamento de dois casos de referência anafórica relacionada aos esquemas depreendidos no texto. Vamos comparar os exemplos (17) e (34):

(17) Aí eu fui entregar os slides pro homem, porque o negócio é carrossel -né?- vai colocando em seqüência.

(34) Maria comprou um curió. Um amigo lhe disse que eles são ótimos para cantar.

No primeiro exemplo a predicação é altamente importante porque exerce a função de delimitadora do significado da anáfora. O que acontece aí é o seguinte: no esquema

14 - cf. pág. 40.

de 'slide', por exemplo, estão ligados a este nódulo central diversos outros elementos (como 'projektor', 'tela', 'foco', etc). Como saber então a qual desses múltiplos elementos refere-se a anáfora? Aí entra a predicação, com a função de caracterizar e delimitar um único possível referente.

Agora vejamos o que acontece no segundo caso: a anáfora não se refere a um elemento referencialmente distinto do núcleo do esquema (isto acontece só no exemplo (17)), mas ao elemento genérico, definido exatamente com os mesmos traços do nódulo central. Assim, a predicação não tem uma importância tão grande quanto no primeiro caso, uma vez que a anáfora não se refere a um conceito definido diferentemente do item explícito no texto, mas a um elemento que possui os mesmos traços semânticos do núcleo do esquema.

É por isso que é possível modificar o exemplo (34), colocando-se na segunda sentença qualquer tipo de predicação condizente com as informações já transmitidas e, principalmente, com o conceito genérico que se tem a intenção de exprimir através da anáfora. A predicação da segunda sentença de (34), por mais simples e indefinida que seja, não implicará num aumento de dificuldade na identificação do significado correto da anáfora, como pode ser comprovado pelos exemplos que se seguem:

(34') Maria comprou um curió. Um amigo lhe disse que

eles { a) são pequenos
b) vivem muito
c) são uma gracinha } , etc.

Além disso, na eventualidade de o enunciado (34) ser interrompido logo após eles, há boas chances de o ouvinte conseguir fazer a relação com curió, ao passo que em (17) a interrupção da sentença logo após a anáfora não daria condições ao ouvinte de relacionar o item negócio a projektor de slides:

(17') ?Aí eu fui entregar os slides pro homem, porque o ne - gócio ...

3.6. Referência anafórica a partes do SN

Já vimos na seção 3.4. diversos argumentos que mostram que o enfoque do SN inteiro na análise dos enunciados, sem o isolamento dos elementos que o compõem, traz sérios inconvenientes. Retomemos um pouco a discussão ali iniciada.

Podemos observar a partir das evidências linguísticas que é possível a decomposição de um SN maior em partes que podem ser retomadas anaforicamente. Um exemplo claro disso é a referência anafórica a Ns dentro de SNs, nas seguintes condições:

- a) a relação entre os Ns dentro do SN é de coordenação;
- b) é gerado na mente do ouvinte um referente individual para cada nome mencionado.

Isto acontece, por exemplo, em (33):

(33) João e Maria foram passear no bosque. Ele jogou migas -
lhas de pão no chão para saber o caminho de volta.

Não há dúvida que temos em (33) uma retomada literal do nome João, expresso dentro de um SN maior composto de dois nomes independentes ligados por coordenação.

O problema reside agora na análise de Ns dentro de SNs compostos por subordinação. Vejamos um exemplo:

(35) A escrivanhinha de Lauro está uma bagunça, porque ele
não teve tempo de arrumar..

Temos duas saídas para a análise de (35):

1ª possibilidade: São ativados os referentes de todos os Ns
contidos no SN.

Neste caso o SN a escrivanhinha de Lauro seria composto de três referentes: um para escrivanhinha (genérico), outro para Lauro, e um terceiro formado pela ativação desses dois conceitos relacionados, gerando o conceito da escrivanhinha particular à qual o sintagma todo se refere. Essa hipótese sugere então que todo N mencionado num enunciado projeta, imediatamente, o seu referente, qualquer que seja a função desse N dentro do sintagma.

Argumentação contrária:

1ª) Esta posição vai contra a de muitos estudiosos da linguagem, que preferem atribuir um referente somente ao sintagma completo, no caso de "descrições de-finidas" (como faz Lyons, 1977, cap. 7.2.), sem con

siderar os elementos que o compõem.

29) Em

(31) Raquel ganhou este presente, e eu ganhei aquele \emptyset .

teríamos de admitir que houve na elipse uma retomada literal do conceito de 'presente' expresso no primeiro SN, contrariando a hipótese de que, num caso como esse, estamos reelaborando a informação transmitida, que apontaria somente para um referente particular, e aplicando-a a um indivíduo diferente. Como já foi comentado na seção 3.4., parece que o ponto em comum que relaciona estes dois elementos particulares é o conceito genérico que engloba ambos, sugerido pelo esquema que se depreende a partir dos itens léxicos mencionados. Esta primeira possibilidade que sugerimos nos forçaria a abandonar a proposta nas páginas 57 a 61 para o exemplo (31); ora, como vimos, a análise da página 57 é a melhor para (31).

Argumentação a favor:

A partir desse ponto de vista seria possível comprovar formalmente que sentenças do tipo

(36) A rainha da Inglaterra é Beth.

longamente analisadas por filósofos da linguagem, não são realmente tautológicas. A explicação reside no fato

de que o primeiro sintagma de sentenças como (36) não é idêntico ao segundo, uma vez que ele seria composto de três referentes, e o último de apenas um.

2ª possibilidade : Só é ativado um único referente, a saber, o de determinada escrivaninha (exemplo (35)).

A predicação de Lauro é um especificador de indivíduo, como poderia ser 'a escrivaninha perto da porta', ou 'esta escrivaninha', ou 'a escrivaninha estilo rococó', etc, e não gera na mente dos interlocutores um referente específico para as partes do SN que têm a função de caracterizar o seu núcleo, isto é, a escrivaninha de Lauro tem significado referencial no sentido de Donnellan (1971). Em poucas palavras: o referente da expressão não inclui o referente de Lauro; logo, não se pode dizer que a anáfora faz uma retomada literal deste nome. Somos então levados a buscar uma explicação novamente com base nos esquemas: é possível usar uma anáfora com o sentido de 'Lauro', que não tem um referente individual no texto, porque esta noção está ligada ao esquema daquela escrivaninha particular. Isto resolveria inclusive um outro ponto: assim não seria possível argumentar que temos nesse sintagma a justaposição de dois esquemas, uma vez que não há aí uma referência específica a Lauro.

Argumentação a favor:

O emprego de anáforas baseadas nos esquemas é um fato apoiado em outros casos¹⁵. Ao adotarmos este mesmo raciocínio, estaríamos nos utilizando de uma explicação já existente e útil em outros exemplos, englobando nessa teoria mais um caso de emprego de anáfora relacionada a itens pertencentes a um esquema.

Vamos esclarecer um pouco mais este relacionamento ao esquema. Como o atributo de Lauro está introduzindo uma noção "nova" no texto, poderia parecer que há a necessidade de se incluir no discurso esse trecho para que seja possível estabelecer-se a referência anafórica a Lauro. Isto poderia ser sugerido ao se comparar as seguintes sentenças:

(35) A escrivania de Lauro está uma bagunça, porque ele não teve tempo de arrumar.

(35') ? A escrivania estilo rococó está uma bagunça, porque ele não teve tempo de arrumar.

Se realmente fosse necessária a menção textual a Lauro antes da retomada anafórica, teríamos indicações de que a apreensão do significado da anáfora depende mais do relacionamento a um item explícito no texto do que a um elemento incluído no esquema daquela es-

15 - cf. seções 3.1., 3.2., 3.4. e 3.5..

crivaninha.

Imaginemos agora uma situação em que é emitido o texto (37):

(37) Esta escrivaninha está uma bagunça. Mas ele me preveniu que, enquanto estiver fazendo tese, não quer que ninguém mexa nos seus papéis.

Apesar de o atributo de Lauro não estar presente literalmente neste texto, acredito que em (37) seja perfeitamente possível o relacionamento do pronome ele a este indivíduo, desde que o ouvinte já possua anteriormente a informação de que, por exemplo, "quem está fazendo tese é Lauro", ou "esta escrivaninha pertence a Lauro", etc. Conclui-se então que as condições que possibilitam a utilização de uma anáfora em casos como (37) são:

1º) é necessário que a informação à qual se refere a anáfora seja conhecida do ouvinte. Logo, se a informação é conhecida, ela está presente no esquema cujo núcleo é mencionado no texto e que tem a capacidade de acionar as informações a ele relacionadas. É claro que, se a informação não é nem mesmo conhecida, ela não pode ser transmitida ao ouvinte através de uma anáfora - que é uma palavra semanticamente polivalente - mas tem de ser expressa literalmente no texto.

29) é necessário que a predicação seja suficiente para permitir ao ouvinte isolar entre os itens ativados pelo esquema aquele único ao qual a anáfora se refere.

Argumentação contrária:

Será preciso procurar outra explicação para o fato de que (36) não é uma tautologia.

Visto que os argumentos que apóiam a segunda hipótese parecem ter um peso maior comparados com aqueles que sustentam a primeira hipótese, preferimos então adotar a segunda análise apresentada para explicar casos de referência anafórica a partes do SN como no exemplo (35).

4. Conclusão

Vimos então que:

- 19) nem sempre uma anáfora recupera um elemento lingüístico citado explicitamente no discurso;
- 29) nem sempre uma anáfora retoma noções introduzidas anteriormente no discurso e, conseqüentemente, o referente anafórico nem sempre está na "consciousness" do ouvinte no momento da sua enunciação;
- 39) em certos casos a predicação exerce uma função essencial na determinação do significado da anáfora, pois é ela que carrega, no esquema dos itens que a compõem, o refe-

rente desta anáfora.

A partir dessas observações concluímos que o papel da "consciousness" não é como se acredita: em primeiro lugar, é possível jogar com inferências, relacionando as anáforas a partes do esquema não citadas literalmente no texto; em segundo lugar, é possível usar anafóricos sem que o antecedente esteja na "consciousness" de maneira nenhuma. Este último caso se subdivide em:

- (a) catáforas (aliás, algo raras em português), e
- (b) casos como (25) (página 32), resolvidos pela predicação (existência de vários candidatos a antecedente).

Convém lembrar que a definição de "consciousness" proposta por Chafe (1974) e discutida por Liberato (1980) exclui da "consciousness" todos os itens que não aqueles que constituem o nódulo central dos esquemas evocados - ou seja, somente a parte mais intensamente focalizada, e não todo o esquema (que inclui informações mais ativadas ou menos ativadas, num contínuo com relação ao grau de ativação desses elementos). O contexto da discussão sugere então que a "consciousness" é uma noção "discreta" neste aspecto. Isto, no entanto, esconde certos fenômenos importantes como, por exemplo, o fato de termos de dizer que tanto a cozinha em (10) quanto a cozinheira em (38) são novos:

(10) Roberto alugou um apartamento muito bom. Só a cozinha é que é pequena.

(38) A cozinheira disse que vai embora.

Mas nós sabemos que há uma diferença importante entre essas duas frases: a cozinha em (10) está sendo interpretada (em parte) em função de apartamento - o que caracteriza uma anáfora.

Concluimos então que, uma vez que as anáforas podem se referir a elementos não presentes na "consciousness", a definição de anáfora como um item dado não se mantém. Aqui temos duas saídas possíveis:

- (a) ou a definição de dado/novo (baseada em presença na "consciousness") precisa ser refeita, ou
- (b) o uso de anafóricos não depende pura e simplesmente da dadidade.

Resta saber se há razões para se manter a definição de dado/novo com base em presença na "consciousness". Se sim, teremos anafóricos não-dados; se não, a própria utilidade da noção de "consciousness" fica em questão.

Podemos então reformular a nossa conceituação inicial de anáfora, sobretudo porque ela não pode mais se prender radicalmente à condição de presença do referente na "consciousness". Podemos dizer então que a anáfora é um elemento polivalente, com uma matriz semântica pouco preenchida, e que, para se identificar o seu referente, é necessário relacioná-lo com outro elemento fornecido pelo contexto lingüístico ou extra-lingüístico. É possível identificar pelo menos duas maneiras pelas quais o contexto lingüístico pode definir o significado de uma anáfora:

- (a) ou o antecedente aparece literalmente no contexto,
- (b) ou é denunciado pela predicação.

2

TIPOS DE BASE PARA A RECUPERAÇÃO DO ANTECEDENTE DA ANÁFORA

1. Introdução

Apresentarei neste capítulo tipos de relação entre a anáfora e seu antecedente. Incluirei na classificação a ser feita somente os casos em que a expressão linguística atua direta ou indiretamente na compreensão da anáfora, ou seja, é ela que é responsável, de algum modo, pela possibilidade de recuperação do antecedente da anáfora. Isto exclui casos em que a anáfora remete a um elemento presente na mente do ouvinte, mas não representado no discurso de nenhuma maneira; por outro lado, não exclui casos em que o antecedente é inferido a partir de um item léxico que ocorre anteriormente, mas que não é ele próprio o antecedente a recuperar. Como exemplo de caso que pretendo excluir do estudo, temos

(39) Vi ela no cinema.

Seria possível que neste enunciado o pronome ela tivesse um número ilimitado de candidatos a referente. Mas suponhamos que o ouvinte o interprete como sua ex-namora da, pois acaba de desfazer o namoro e ainda está sob o impacto da separação. A referência aqui é feita a um elemento presente na mente do ouvinte, mas não mencionado direta ou indiretamente no discurso.

Chafe (1973) menciona a possibilidade de permanência prolongada de certos elementos na "consciousness", o que poderia explicar o motivo da interpretação da anáfora de (39):

"Quando uma informação de um ou outro tipo é inicialmente adquirida perceptualmente, ela permanece na "consciousness" por um certo período de tempo. Além disso, pode haver um período maior durante o qual alguns tipos de informação podem permanecer bem perto da superfície da "consciousness", embora outras coisas possam substituí-las temporariamente; este pode ser mencionado como um período durante o qual estamos preocupados com essa informação.

(pág. 265)

E ainda:

"Um exemplo mais sério é uma sentença como

(6) Minha FILHA morreu.

Como qualquer um que tenha experimentado situações desse tipo sabe, sua insistente re-entrada na "consciousness" pode durar muito mais tempo do que, por exemplo, o tipo de situação relatada em 5.

(5= Eu CORTEI O CABELO) ("I got a HAIRCUT")

(pág. 265)

2. Classificação

A análise dos exemplos estudados revelou que é possível identificar dois grandes parâmetros para o estabelecimento de tipos de anáforas: aquelas com o antecedente no texto e aquelas cujo antecedente se encontra fora do texto. Estes parâmetros referem-se à localização do antecedente da anáfora, e se subdividem nas seguintes categorias:

I - Antecedente dentro do texto

I.1. recuperação literal de elemento ocorrente no discurso - exemplo:

(40) A testemunha temia que o advogado a insultasse.

[a = 'a testemunha']

Note-se que o aí seria inaceitável, ainda que a testemunha fosse um homem; isto porque, neste caso, a anáfora depende do elemento literal mente presente no contexto anterior.

I.2. derivação através de reestruturação de informação presente no texto - exemplo:

(41) Maria deu um chocolate a cada um de seus alunos. Eles os comeram na hora da merenda.

[os = 'os chocolates que Maria deu a seus alunos']

II - Antecedente fora do texto

II.1. recuperação baseada no ambiente físico (dêixis)-
exemplo:

(24) Quebrei o amortecedor nele outro dia.

[nele = 'no buraco apontado']

II.2. recuperação baseada num conhecimento (de domínio
mais geral ou mais restrito) inferido com base
nos esquemas depreendidos no texto - exemplo:

(17) Aí eu fui entregar os slides pro homem, por-
que o negócio é carrossel -né?- vai colocan-
do em seqüência.

[negócio = 'projektor de slides']

Os dêiticos (caso II.1.) não podem ser interpre-
tados analisando-se exclusivamente a expressão lingüística,
uma vez que eles necessitam de um forte apoio no contexto fí
sico da situação, e inclusive de outras indicações como, por
exemplo, gestos que atraíam a atenção do ouvinte para o ser
ao qual se faz referência. Assim sendo, podemos estabelecer
que o texto propriamente dito fornece três bases para a re-
cuperação do antecedente da anáfora:

a) recuperação literal = retomada de elemento explícito no
texto, da mesma forma em que foi
mencionado, somente que de maneira
reduzida. Em outras palavras: os

traços semânticos que a anáfora conserva são idênticos aos do elemento textual ao qual se liga.

- b) derivação através de reestruturação = recuperação de in - formação explícita no texto mas reestruturada na sua forma, na sua composição estrutural.
- c) inferência pragmática = recuperação, através de inferên - cia, de informação não mencionada, explicitamente no discurso, mas contida no esquema correspondente às palavras ou situações que compõem o texto.

Esta classificação não se refere a tipos de referente, nem propriamente tipos de antecedente, nem sequer tipos de elemento anafórico. Isto porque qualquer referente (se não todos, certamente muitos deles) pode ser recuperado das três maneiras a, b e c acima; qualquer antecedente (ou muitos deles) pode servir de base para uma recuperação de qualquer das três maneiras; e qualquer elemento anafórico (ou muitos deles) pode servir de base para sinalizar a recuperação de qualquer das três maneiras. A classificação é na verdade de tipos de relação anafórico-antecedente : as diferenças cruciais entre os três tipos se baseiam na relação entre o referente recuperado e o material lingüístico presente no texto. Estes tipos se definem pela base - lingüisticamen-

te considerada - utilizada para o estabelecimento da relação entre a anáfora e seu referente. Portanto, o que foi mostrado não são tipos de referente, nem propriamente tipos de antecedente; são tipos de relação anafórico-antecedente.

Passo agora a examinar cada uma das três categorias mencionadas acima.

2.1. Recuperação de base literal

O que caracteriza a recuperação de base literal é a sua vinculação à sintaxe. Isto porque nestes casos as características semânticas expressas pela anáfora (como gênero e número) ligam-se sobretudo às mesmas características contidas no item léxico que funciona como seu antecedente, e não com o elemento ao qual se refere, presente na mente do falante e do ouvinte. Retomando o exemplo (40):

(40) A testemunha temia que o advogado a insultasse.

Vimos que aí só é aceitável o uso do pronome de gênero feminino, mesmo que o ser ao qual se refira seja do sexo masculino. Isto porque o pronome está intimamente ligado ao item léxico testemunha, e portanto deve conservar o mesmo traço [+ feminino] presente neste elemento que lhe serve de antecedente, segundo as normas preconizadas pela gramática tradicional.

São ainda exemplo desse mesmo tipo de base para a recuperação de antecedente anafórico os de número (42) e (43):

(42) Segura a criança, senão ela cai.

[ela = 'a criança'] (anáfora nominal)

(43) O Paulo sabe nadar, e até o Fernando também já sabe ∅.

[∅ = 'nadar'] (anáfora verbal)

Poderia parecer, à primeira vista, que este é o tipo de base onde o antecedente da anáfora é mais facilmente determinado. No entanto, existem certas condições que interferem na possibilidade de recuperação literal do antecedente, trazendo problemas para a compreensão do texto.

A primeira observação importante com relação à enunciação e à recuperação desse tipo de base é o fato de que o item léxico que funciona como antecedente tem de estar presente na memória-de-curto-termo (MCT) dos interlocutores no momento em que a anáfora é enunciada, para que ela possa retomar as mesmas características da expressão à qual se liga. Isto porque somente a MCT retém literalmente as impressões percebidas. Observe-se o seguinte exemplo:

(44) A testemunha entrou no tribunal e sentou-se diante dos jurados. A sala estava lotada, principalmente de estudantes de direito que tinham vindo assistir àquele julgamento que estava abalando a opinião pública. Depois das perguntas preliminares, o advogado começou a interrogá-la.

No exemplo (44), muito provavelmente a palavra testemunha já saiu da MCT¹⁶. Segundo estudos feitos a respeito do mecanismo de processamento da informação na MCT, foi possível determinar que o limite máximo de informação a ser contido gira em torno do "número mágico de 7 mais ou menos 2" fatias¹⁷. As fatias lingüísticas são agrupamentos estruturados de palavras, coerentes e com sentido, que constituem as unidades de processamento de um texto. Como este fatiamento não é aleatório, o leitor e o ouvinte utilizam-se dos esqueletos sintáticos, semânticos e discursivos (ou, mais exatamente, sistemas de regras que descrevem esses esqueletos) encaixando neles as palavras reconhecidas, de maneira a formar unidades de significado¹⁸.

Ora, se bem que não é ainda possível determinar-se com precisão quais são exatamente as fatias que um ouvinte construiria no texto (44), é fácil perceber que as possíveis fatias processadas entre o pronome e seu antecedente (a testemunha) excedem em muito o limite máximo de capacidade.

16 - Apesar de não estar na MCT, supõe-se que o item testemunha ainda esteja na "consciousness", já que ele é o tópico do discurso, e não houve nenhuma mudança de cena, nem fonteira de discurso, nem a interposição de diversas sentenças sem a menção do item a ser recuperado, que são os fatores sugeridos por Chafe (1976) que influenciam a saída de um item da "consciousness".

17 - Esta expressão foi usada por Miller (1956).

18 - A este respeito veja-se Fulgêncio, Perini e Rehfeld (1982).

de da MCT. Quando este limite é ultrapassado, a informação presente na MCT é recodificada, passando para a memória-de-longo-termo (MLT). Sabemos também que a MLT não retém as informações de maneira literal, mas somente o resultado do processamento, que é o conceito ou as informações extraídas na compreensão. Por outro lado, Fodor, Bever e Garrett (1974) mencionam evidência que sugere que a MCT é esvaziada no fim de cada período ("sentence").

Sendo assim, torna-se bastante difícil o relacionamento da anáfora ao seu antecedente no texto (44), visto que o item léxico no qual a anáfora se apóia para copiar algumas das características semânticas já foi recodificado, não estando mais presente literalmente na memória do leitor ou ouvinte.

Este tipo de relacionamento, baseado sobretudo na forma da expressão lingüística utilizada, pode então causar certa dificuldade na interpretação de textos, uma vez que tanto a anáfora quanto o seu antecedente lingüístico têm necessariamente de estar presentes na MCT do indivíduo - o que nem sempre acontece - para que ocorra o relacionamento adequado. Este problema se evidencia sobretudo em casos em que o item léxico utilizado para se nomear determinado indivíduo (ou indivíduos) não possui gênero ou número correspondentes ao do indivíduo¹⁹ ao qual se refere, como ocorre no

19 - Na medida em que há correlação entre uma palavra feminina, por exemplo, e um referente do sexo feminino.

exemplo (44). Esta dificuldade pode ser constatada não somente com relação ao processamento do leitor ou ouvinte, mas também com relação à construção do discurso feita pelo falante, que pode não conservar na anáfora pronominal o mesmo número e gênero do antecedente textual, no caso de ela se encontrar distante desse antecedente. Neste caso a anáfora refletirá as características do referente do mundo real (ou imaginário, se for o caso) e não do item léxico presente no discurso.

Concluimos então que um traço importante da recuperação de base literal é o seguinte: pelo fato de estar ligada à expressão lingüística textual (e, conseqüentemente, restrita ao âmbito da MCT) a recuperação de base literal tende a ficar limitada dentro de segmentos curtos do discurso. Isso só pode ser evidenciado em casos como (44), onde a recuperação literal choca-se com a semântica.

O segundo fato a considerar é que a recuperação de base literal tem limites de aceitabilidade (e até de compreensibilidade), ao contrário do que se supõe normalmente. Em primeiro lugar, parece haver uma certa restrição com relação ao tipo de pronome a ser utilizado, em alguns casos específicos. Observe-se que a sentença (40) e as sentenças (40') e (45) que se seguem não são aceitas com a mesma naturalidade, levando-se em consideração que a anáfora se refere a um homem:

(40) A testemunha temia que o advogado a insultasse.

(40') ?A testemunha temia que o advogado insultasse ela.

(45) ?A testemunha temia que o advogado gritasse com ela.

Em segundo lugar, parece haver uma preferência pelo relacionamento não lingüístico, independentemente da distância entre o anafórico e o seu antecedente, como se pode verificar no exemplo (46):

(46) Espero que o próximo rebento seja tão lindo quanto as três primeiras ø.

Apesar de termos em (46) uma elipse, que tem uma matriz semântica nula, está claramente marcado nos atributos o gênero feminino, em contraposição à palavra rebento que seria naturalmente o antecedente da anáfora. O que acontece é que o falante sabia que os três primeiros "rebentos" eram do sexo feminino, e por isso preferiu um relacionamento não textual.

Há ainda o caso de frases do tipo tópico-comentário, como a que se segue:

(47) E esse pessoal assim que já é médico há muito tempo, eles já sabiam disso?

Com relação a este exemplo (47), a não coincidência de número entre a anáfora (eles) e o possível antecedente (pessoal) pode ser explicada levando-se em conta que os tópicos, como não sofrem controle sintático, são recodificados imediatamente, passando diretamente para a MLT. Assim

sendo, o item léxico pessoal não se torna acessível à cópia de traços do elemento anafórico, e portanto a recuperação re flete somente o conceito plural expresso pelo coletivo. Deve-se notar, inclusive, a estranheza da frase (47') abaixo, onde a anáfora retoma o mesmo traço [+ singular] do item pessoal que funciona como seu antecedente.

(47') ?E esse pessoal assim que já é médico há muito tempo, ele já sabia disso?

Me atreveria a colocar aqui uma simples intuição: parece que a língua falada é mais solta, menos comprometida sintaticamente, não só no caso de anáforas, mas em muitos outros, como na ausência de elementos de ligação (conjunções e preposições), concordância não sintática mas semântica, etc. Esse "descompromisso sintático" seria compensado por um "compromisso ideológico", isto é, com a idéia a ser transmitida. Por isso é possível que, na língua oral, os falantes empreguem com mais frequência uma anáfora que "concorda", por exemplo, com o sexo do indivíduo, do que uma que concorda com o gênero do item léxico que lhe serve de antecedente. Desta forma, os indivíduos estariam preferindo uma inferência a uma retomada literal, porque assim estariam preservando certas condições pragmáticas, que parecem sobrepular as condições lingüísticas.

É importante notar ainda que, na maioria dos casos, a recuperação pode parecer literal, mas uma recuperação não-literal daria o mesmo resultado. Assim, em

(48) Mamãe temia que o advogado, a insultasse.

não se pode saber se a retomada é realmente de base literal ou não.

2.2. Reestruturação

Os casos de anáfora cujo antecedente é obtido através de uma reestruturação da forma em que se apresenta a informação que é recuperada são aqueles em que:

- a) não existe no texto, explicitamente, nenhum elemento que a anáfora possa substituir de forma literal, isto é, conservando características semânticas correspondentes àquelas expressas pelo item léxico que funciona como seu antecedente;
- b) a derivação do antecedente é obtida através de um processamento que implica na reelaboração formal da informação explícita no texto, envolvendo para tanto somente "regras estruturais"²⁰;
- c) para identificar o significado da anáfora o ouvinte utiliza no cômputo do antecedente o núcleo do esquema evocado

20 - Este termo é usado por Webber (1980, página 151) para se referir a regras de rearranjo da estrutura através da qual é veiculada uma informação, de forma a fornecer o antecedente adequado para uma determinada anáfora.

e que lhe serve de antecedente, e não qualquer outra parte do esquema.

O que ocorre nestes casos é que a informação dada, que é recuperada pela anáfora, não se encontra no discurso da mesma maneira em que é retomada, mas é "reformulada" a partir de uma modificação na sua representação formal, para atender às exigências de estruturação da sentença na qual a anáfora se encaixa. O que é importante salientar é que esta informação que é retomada pela anáfora, apesar de reestruturada, está contida explicitamente no discurso anterior, e é reformulada com base no próprio conhecimento das regras de estruturação da língua.

A reestruturação do antecedente da anáfora pode ser feita, por exemplo, das maneiras que se seguem.

2.2.1. Alguns tipos de reestruturação

1 - Formação de um conjunto: aglutinação de elementos citados isoladamente

(41) Maria deu um chocolate a cada um de seus alunos. Eles os comeram na hora da merenda.

Apesar de não encontrarmos no exemplo (41) nenhum SN plural que pudesse ser o antecedente do pronome os, objeto de comer, pode-se dizer que este antecedente é "deri-

vado" a partir da noção expressa anteriormente. A existência de [1 chocolate por aluno + muitos alunos (mais de 1)] implica logicamente na existência de muitos (mais de 1) chocolates, que é o conceito plural tomado como antecedente de os. A anáfora não repete o antecedente como foi mencionado na frase anterior, mas de certo modo cria um novo antecedente, utilizando para isso o núcleo do esquema de chocolate, assim como a noção de 'plural' originária do valor distributivo da palavra cada.

Este tipo de recuperação foi esquematizado da seguinte forma por Nash-Webber:

$$\begin{aligned} & "(Vx : A) (Ey : B) . P x,y \\ \Rightarrow & (Ez) . z = \{w | Bw \& (Ex : A) . P x,w\} \end{aligned}$$

isto é, informalmente, se para cada A existe um B tal que P é verdadeiro para o par, então existe um indivíduo que pode ser descrito como "o conjunto de Bs [tais que] para [cada] qual existe um A que mantém uma relação P com ele". Já que uma descrição única é atribuível a esse indivíduo, é possível fazer referência a ele através de um pronome definido. Por exemplo:

(16) a. Cada um dos meninos deu uma blusa para Wendy.

b. Nenhuma delas assentou.

(...) existe um indivíduo que pode ser descrito como "o conjunto de blusas, cada uma das quais um menino deu para Wendy". Esta é a entidade do discurso à qual "delas" se refere no exemplo 16b."

(1978, págs. 12 - 13)

Exemplos como este deixam bem claro o caráter

mais cognitivo do que propriamente lingüístico da anáfora (e da referência em geral). Quando se fala em retomada anafórica, não se pode falar da retomada de elementos lingüísticos - isto é, palavras, morfemas, sintagmas - mas antes do "conceito" ou do "referente" que lhe corresponde. O elemento lingüístico é antes uma pista, entre outras, que o ouvinte utiliza para recuperar um referente.

Um outro exemplo em que observamos a aglutinação de elementos isolados é o seguinte:

(49) João e José encontraram seus alunos no corredor; aí eles foram tomar um cafezinho na cantina.

Uma das interpretações do sujeito elíptico de foram é o conjunto formado por João, José e seus alunos. A explicação desse fato parece dever-se a alguma característica ligada ao tipo de realidade expressa pela primeira oração, ou seja, às expectativas relacionadas à situação apresentada, já que em outras sentenças não se pode construir um SN desse tipo, formado pela aglutinação de outros SNs:

(49') João e José $\left\{ \begin{array}{l} \text{não encontraram} \\ \text{deixaram} \end{array} \right\}$ seus alunos no corre-

dor; aí eles foram tomar um cafezinho na cantina.

[eles = 'João e José']

É interessante observar além disso que, em (49'), onde o antecedente da anáfora não inclui o sintagma seus alunos, a interpretação do sujeito elíptico é a mesma

do sujeito da primeira oração, e não uma retomada do SN mais próximo. Isto poderia ser atribuído ao efeito da "causalidade implícita", sugerido por Garvey, Caramazza e Yates (1974) e assim transcrito em Nash-Webber (1977):

"(...) um fator que eles chamam de causalidade implícita, que induz a atribuição de um antecedente ao candidato "primariamente responsável por instigar a ação ou o estado denotado na oração anterior"."

(pág. 28)

Este princípio, no entanto, me parece muito vago (o que quer dizer "responsável" por uma ação?) e pode, como dizem seus autores, ser anulado por diversos fatores (como passivização da sentença onde se encontra o antecedente, negação, etc). Além disso, temos sentenças como

(50) O Ivan, o Alfredo abraçou ele porque ele estava indo viajar.

onde o pronome ele da segunda oração é ambíguo, e segundo o princípio proposto por Perini (1981) de que o tópico atrai a interpretação das anáforas, é entendido preferencialmente como se referindo a Ivan; mas de acordo com o princípio da "causalidade implícita", esta anáfora só poderia ser interpretada como "[= 'Alfredo']", já que foi ele o responsável pelo abraço (tomando-se esse termo como sinônimo de "agente"). Assim sendo, prefiro dizer que o que ocorre em (49') é uma tendência em se relacionar as anáforas de um texto ao tópico

do discurso, como sugerido por Perini (1981).

Há ainda um último exemplo que gostaria de mencionar, de antecedente reestruturado de forma a aglutinar elementos isolados citados no discurso: é o exemplo (51) que se segue, citado em Nash-Webber (1978), pág. 1:

(51) Temos um Ch.Figeac 71, um Fleurie 76, um Okfener
Bockstein 71 e um Durkheimer Feuerberg 75 na adega.
Vamos servir os ø alemães no jantar?

Nash-Webber interpreta a elipse de (51) como se referindo a 'vinhos'. Acredito, no entanto, que seja mais correto dizer que a elipse retoma os membros do conjunto formado pela reunião dos diversos elementos citados, sejam eles vinhos ou não. Quem achar que os nomes citados são nomes de uísques, por exemplo, deixou de entender os membros da lista, mas não deixou de entender a anáfora. Portanto, não há nenhuma informação adicional que o ouvinte deva possuir para identificar o antecedente da anáfora. A sua interpretação não está condicionada ao conhecimento de que os nomes mencionados são vinhos, embora essa informação, se possuída pelo ouvinte, lhe permita uma compreensão mais precisa e específica do enunciado. Assim, se o ouvinte tiver essa informação adicional, saberá que a anáfora se refere aos membros do conjunto formado pela reunião dos elementos citados individualmente e, além disso, saberá também que estes membros do conjunto são vinhos. Note-se que este conhecimento não está ligado à interpretação da anáfora em si, mas à interpretação

dos itens Ch. Figeac 71, Fleurie 76, Okfener Bockstein 71 e Durkheimer Feuerberg 75.

Para a determinação do referente expresso por todo o sintagma o ouvinte deve computar a informação expressa pela anáfora ([\emptyset = 'membros do conjunto citado']), somando-a ao adjetivo alemães que restringe e delimita alguns dos elementos expressos pela anáfora, obtendo como resultado o sub-conjunto ao qual se refere todo o sintagma.

2 - Estabelecimento de uma função

(52) Pedro apanha de sua mulher. No entanto, outros homens nunca se sujeitariam a isso.

[isso = 'X apanhar da mulher de X']

Esse tipo de reestruturação é chamado de função porque, em lugar de um antecedente específico, temos uma estrutura que contém uma variável. A anáfora se refere não somente a uma única entidade, mas a qualquer elemento que possa substituir corretamente a variável que compõe a função. Nash-Webber se refere desta forma a casos como (52):

"(...) as funções (...) são semelhantes à noção matemática de um procedimento que associa um valor aos seus argumentos. Uma função se diferencia de um "antecedente" tradicional na medida em que não faz referência a um objeto em particular, mas, em vez disso, a uma maneira de definir um novo objeto, dado um novo conjunto de argumentos."

(1977, pág. 8)

3 - Mudança de gênero e número

(53) Cleusa e Joaquina são chatas. Sebastião também é ø.

[ø = 'chato']

(54) A - Que livro que a Jussara vai comprar?

B - Os ø que a professora pediu.

[ø = 'livros']

Em (53) a elipse substitui chato, que tem gênero e número diferentes do mesmo adjetivo na primeira sentença, e que funciona como seu antecedente.

O que ocorre em (54) pode ser explicado da seguinte maneira: o falante (A) supõe que Jussara vai comprar somente um livro, o que não é verdade. Esse erro de "conhecimento" é relevado pelo ouvinte (B), que enuncia uma anáfora com um antecedente plural. Essa "flutuação" de número entre pergunta e resposta não acarreta problemas na comunicação porque B pode corrigir o seu interlocutor e passar-lhe a informação correta de plural através do determinante os.

4 - Mudança da forma verbal

(55) Raquel toma sol todos os dias, e eu nunca ø.

[ø = 'tomo sol']

(56) Yara prefere roupa sem manga, e eu ø com manga.

[ø = 'prefiro roupa']

Os verbos tomar e preferir das sentenças (55) e (56), respectivamente, são retomados na elipse modificando-se a pessoa verbal expressa no antecedente.

5 - Desdobramento

Para exemplificarmos este tipo de reestruturação vamos tomar um exemplo apresentado em Nash-Webber (1978).

(57) Irv e Marta queriam dançar juntos, mas a mãe de Marta disse que ela não podia \emptyset .

[\emptyset = 'dançar com Irv']

Desdobramento:

- a) Irv queria dançar com Marta.
- b) Marta queria dançar com Irv.

Na recuperação da anáfora de (57) só é retomada uma parte do desdobramento b (dançar com Irv), elaborado a partir da expressão dançar juntos.

Note-se entretanto que este tipo de reestruturação não opera da mesma forma em qualquer caso. Vejamos alguns exemplos:

(58) Alaíde e Luís estão querendo namorar, mas a mãe de Alaíde disse que ela não pode \emptyset .

[\emptyset = { a) 'namorar'
b) 'namorar com Luís' }]

Poderíamos dizer que, em (58), apesar de haver uma possibilidade de não-desdobramento (caso a), parece que o caso b, que inclui o desdobramento, teria um peso maior na interpretação da elipse, isto é, a sentença (58) seria interpretada preferencialmente com o sentido b.

(59) Alaíde e Luís estão querendo estudar inglês, mas a mãe de Alaíde disse que ela não pode Ø.

$$[\underline{\emptyset} = \left\{ \begin{array}{l} \text{a) 'estudar inglês'} \\ \text{b) 'estudar inglês com Luís'} \end{array} \right\}]$$

Aqui parece que temos as mesmas possibilidades que em (58) (desdobramento e não-desdobramento), mas (59) é preferencialmente interpretada com o sentido a, onde não é aplicado o desdobramento.

A explicação da diferença de preferência com relação à aplicação do desdobramento parece dever-se ao fato de que o esquema de 'namorar' (exemplo (58)) inclui a variável com, o que não acontece no esquema de 'estudar' (exemplo (59)).

6 - Retomada de um evento, ação ou estado

Também os eventos, ações ou estados podem ser reestruturados de forma a fornecer um antecedente adequado a uma anáfora nominal, como por exemplo em (60):

(60) Francisca recebeu uma porção de flores no dia do seu aniversário. Isto a emocionou muito.

[isto = 'o fato de receber uma porção de flores no dia do seu aniversário']

7 - Aglutinação de predicados

Um exemplo de aglutinação de predicados é encontrado em Webber (1980):

(61) Eu sei andar e eu sei mascar chicletes. Jerry sabe Ø também, mas não ao mesmo tempo.

Como mostra essa autora, apesar de a interpretação da anáfora parecer bastante evidente, o predicado andar e mascar chicletes, substituído pela elipse, não é tomado literalmente mas envolve reestruturação; o antecedente deve ser reconstruído pelo ouvinte, uma vez que ele não está presente no texto da mesma forma com que é retomado: é necessário reelaborar a informação transmitida, aglutinando os dois predicados citados isoladamente, interrompidos pelo pronome eu.

8 - Recuperação de uma classe através da menção de um particular

(34) Maria comprou um curió. Um amigo lhe disse que eles são ótimos para cantar.

Este tipo de retomada anafórica já foi discutido na seção 3.5.. Acrescentaremos aqui somente a justificativa da inclusão desses casos dentre os exemplos de reestruturação.

Como vimos, a anáfora nestes casos não tem base literal, mas possui um antecedente que é inferido através do esquema de curiô. O que nos leva a classificá-los como casos de reestruturação é o fato de que o ouvinte utiliza no cômputo do antecedente o elemento nuclear do esquema; a resolução da anáfora não envolve nenhum conhecimento extra-linguístico, e pode ser determinada simplesmente com base no conhecimento da língua.

Isto pode ser comprovado pelo fato de que o pronome elas, no exemplo (34), pode referir-se somente aos curiôs (note-se que 'curiô' é o núcleo do esquema) compreendidos como uma classe, e não pode referir-se, por exemplo, aos passarinhos em geral, ou às aves, ou aos ovíparos, etc, que são elementos que não repetem o núcleo, mas vêm como que agarrados a ele, compondo o esquema ao qual se ligam. Note-se a má-formação de (62) e (62'):

(62) ?O curiô de Maria canta muito. Mas nem todas elas sabem cantar.

[elas = 'aves']

(62') ?Os curiôs cantam muito. Mas nem todas elas sabem cantar.

[elas = 'aves']

Note-se ainda a impossibilidade de se realizar a operação inversa, ou seja, a recuperação de um particular através da menção de uma classe ou de um genérico:

(32') ?Detesto gatos siameses. Ele me arranhou quando eu era pequeno.

Este fato pode ser explicado da seguinte maneira: é possível recuperar uma classe ou um genérico a partir de um particular porque a classe ou o genérico possuem os mesmos traços definicionais que o particular; o inverso não é possível (recuperação de um particular através da menção da classe ou do genérico) porque o particular possui ainda outros elementos definicionais fixos. Por exemplo: 'o cachorro da Raquel' possui todas as características da classe dos 'cachorros', e mais algumas outras características particulares (que chamamos de variáveis fixadas) como uma determinada raça, uma dada filiação, uma cicatriz na orelha, etc. Logo, a menção de um genérico não é suficiente para definir um único indivíduo particular; por outro lado, a menção do particular é suficientemente definidora para evocar um único conceito genérico que lhe corresponde.

9 - Recuperação do genérico através da menção de um particular

(31) Raquel ganhou este presente, e eu ganhei aquele \emptyset .

Como vimos na seção 3.4., o particular é com-

preendido como uma instanciação do genérico que lhe corresponde. Semelhantemente ao caso (34), o ouvinte utiliza na reelaboração do antecedente da anáfora de (31) o elemento nuclear do esquema evocado (presente).

Um fato que corrobora esta análise e desconfirma a hipótese da recuperação literal é a não necessidade de identidade formal entre o elemento antecedente e o elemento retomado pela anáfora, como se pode verificar em (31') e em (31'').

(31') Raquel ganhou estes presentes, e eu ganhei aquele \emptyset .

(32'') Raquel ganhou este presente, e eu ganhei aqueles \emptyset .

É certo que devem existir ainda muitos outros exemplos que poderiam ser incluídos nesta seção. No entanto, não é nossa intenção apresentar aqui uma listagem exaustiva de todos os casos em que há a reestruturação do antecedente da anáfora, mas quisemos mostrar somente alguns exemplos que pudessem ilustrar e esclarecer melhor a classificação apresentada. Assim sendo, passemos ao terceiro tipo de base para a recuperação do antecedente da anáfora: a inferência pragmática.

2.3. Inferência pragmática

A inferência pragmática é o tipo de relacionamento anafórico-antecedente em que só é possível identificar o antecedente da anáfora através da retomada de conhecimentos (não nucleares) evocados pelo esquema de outras expressões ou situações que compõem o texto. Os casos de anáforas classificados como tendo base em uma inferência pragmática são aqueles em que o referente é determinado a partir de um conhecimento extra-lingüístico, partilhado entre falante e ouvinte, não presente explicitamente no texto, mas que o falante supõe que o ouvinte seja capaz de inferir. Isto só será possível se, nos esquemas que o ouvinte possui e que são evocados pelo texto, encontra-se a informação adequada que possa funcionar como referente desta anáfora.

Sag e Hankamer (1977) utilizam o termo "pragmática", referindo-se às anáforas, somente no sentido da referência feita ao ambiente físico, isto é, no caso de dêiticos.

"(...) chamamos de anáfora 'controlada pragmaticamente' (ou 'dêitica')."

(1977, pág. 120)

A nossa colocação, por outro lado, baseada na definição do termo "pragmática" expressa por Morgan e Green (1980) (transcrita abaixo), estende o seu uso também aos conhecimentos que integram um esquema evocado num texto, uma vez que este tipo de conhecimento extra-lingüístico é também

utilizado pelo ouvinte na interpretação do significado das anáforas.

"O termo pragmática vem sendo usado não somente para problemas relativamente bem definidos como a interpretação e o uso de expressões dêiticas, mas também para praticamente todo aspecto comunicativo do uso da língua não analisável como sentido literal, incluindo certos tipos de inferência, atos de fala, atos indiretos de fala, "conversational implicature", e as relações e interações entre eles."

(Morgan e Green, 1980, pág. 114)

E também:

"Pragmática é então o estudo das "maneiras pelas quais o contexto lingüístico determina as proposições expressas por uma dada sentença naquele contexto" e inclui o estudo de atos de fala e da força ilocucionária (...); "indexicals"; conhecimentos, crenças, expectativas, e intenções do falante e do ouvinte (...)."²¹

(Morgan e Green, 1980, pág. 116)

Schank (1978), elaborando o conceito de inferência, afirma que a inferência corresponde a um conceito adicional, não incluído no texto explicitamente, que o falante pressupõe que o ouvinte possua, e que é necessário para se ligar duas informações.

21 - Grifos meus.

Observe-se que as inferências (propiciadas pelos esquemas) exigidas para se interpretar corretamente uma determinada anáfora podem conter informações mais generalizadas, comuns à maioria dos falantes da língua, ou mais particulares, partilhadas somente pelos participantes do discurso.

Antes de passarmos à mostragem de alguns casos típicos que exemplificam este tipo de base para a recuperação do antecedente da anáfora, vamos examinar mais detalhadamente o problema das inferências, enfocando o tipo de conhecimento aí envolvido.

2.3.1. Inferências: conhecimentos mais generalizados ou mais restritos

Schank (1978) estuda as inferências necessárias ao entendimento de um texto e apresenta os seguintes enunciados como exemplificação:

(63) João queria ir ao Havai. Ele telefonou para seu agente de turismo.

(64) João queria ir ao Havai. Ele telefonou para sua mãe.

A proposta apresentada por Schank considera que as frases (63) e (64) teriam um grau diferente de facilidade de entendimento. Segundo sua argumentação as inferências necessárias para a compreensão do encadeamento das frases de

cada exemplo seriam mais clara e mais facilmente perceptíveis em (63) do que em (64).

Acredito, no entanto, que o problema não se coloca de maneira tão generalizante. A meu ver, devem ser considerados outros fatores relevantes nestes enunciados, ou seja, o receptor da mensagem e o seu grau de familiaridade ou conhecimento do assunto.

Segundo o meu ponto de vista, (63) e (64) não têm necessariamente graus diferentes de dificuldade no estabelecimento de inferências. Na verdade, (64) pode ser tão fácil ou tão difícil de ser compreendida quanto (63). A variável que interfere na correlação das frases apresentadas liga-se fundamentalmente ao indivíduo a quem esta informação é dirigida, ao seu nível de conhecimento do assunto tratado, e conseqüentemente, à sua capacidade de estabelecer expectativas e inferências. É isto que tentarei mostrar a seguir.

Tanto em (63) quanto em (64) a primeira frase é idêntica. Logo, se para alguns falantes estes dois enunciados não têm a mesma clareza, isto não pode dever-se a problemas ligados à primeira frase, sejam eles quais forem (sintáticos, semânticos, etc). Isto nos leva a crer, naturalmente, como fez Schank, que a dificuldade se concentra na segunda frase, ou melhor, na possibilidade de se estabelecer um elo único que ligue a primeira frase à segunda, que é justamente a inferência necessária para a compreensão do texto.

No exemplo (63) esta inferência seria direta,

já que a função de um agente de viagens tem uma ligação estreita com a situação de ir ao Havaí. Em (64) a situação da viagem não teria uma ligação única ou direta com o fato de telefonar para a sua mãe, isto é, não se sabe com certeza o porquê do telefonema. O receptor da mensagem faria então uma série de suposições para relacionar as frases de (64), mas sem ter a segurança ou a certeza de qual dessas suposições é a verdadeira. A diferença entre (63) e (64) concentra-se, portanto, na unicidade da suposição feita para se ligar os enunciados de cada exemplo.

O que procuro mostrar aqui é que nem sempre as inferências feitas pelo receptor são únicas no caso (63) e múltiplas em (64). Suponhamos que a situação de (63) seja relatada a um indivíduo do ambiente rural, cujos conhecimentos se restrinjam àqueles ligados ao seu meio. Neste caso o enunciado (63) pode ser até mais incompreensível do que (64), na medida em que, desconhecendo a função de um agente de turismo e a sua participação em viagens, este indivíduo poderá (a) ou fazer diversas suposições para ligar os enunciados (de forma semelhante ao segundo exemplo), ou (b) não fazer nenhuma inferência, o que o levará a uma incompreensão total do texto.

Vejamos agora o exemplo (64). Suponhamos que ele seja dito a uma pessoa que esteja bem inteirada do relacionamento de João e sua mãe; digamos, por exemplo, que João seja dependente financeiramente de sua mãe. Isto levaria o ouvinte a concluir que o elo que une as seqüências em (64) é

único e direto, e se estabelece a partir da expectativa criada na primeira frase de que, para se fazer uma viagem é necessário que o viajante tenha dinheiro. Sabedor de que a mãe de João lhe fornece dinheiro, o ouvinte poderá inferir que a função da mãe de João em (64) é a de dar dinheiro para a viagem citada, criando uma correlação clara entre as seqüências. Assim sendo, não haveria nenhuma diferença no tipo de inferências a serem propostas pelo interlocutor para o entendimento dos enunciados (63) e (64).

Resumindo, as inferências que o receptor deve fazer para relacionar duas informações apoiam-se na variável nível de conhecimento do ouvinte com relação às duas situações isoladamente, que se traduz também como grau de preenchimento dos esquemas envolvidos. O conhecimento do ouvinte desdobra-se nos seguintes pontos, que correspondem a etapas de um processamento:

- a) tipos de expectativas criadas pelas situações;
- b) possibilidade de estabelecimento de inferências que promovam uma ligação qualquer entre as situações;
- c) possibilidade de estabelecimento de um elo único entre as seqüências.

Modificando-se esta variável (grau de preenchimento dos esquemas envolvidos), será modificada conseqüentemente o grau de compreensão dos enunciados que formam um texto. Isto significa que, quanto menor o nível de conhecimento do assunto, e portanto quanto menor a possibilidade de se privilegiar uma única inferência entre as suposições pos-

síveis, menor será o grau de compreensão do texto.

Concluimos daí que não se pode falar a priori de maior ou menor dificuldade de estabelecimento de inferências sem se ter em mente o recedor da informação. É óbvio que, num caso de viagem, a função de um agente de turismo é uma noção mais geral, mais abrangente, do que a noção da função da mãe de João neste contexto. No entanto, esta não é uma noção universal, conhecida por todos os indivíduos. Como vimos, podemos encontrar casos em que a situação mais frequente (maior facilidade no entendimento do texto (63)) seja desconfirmada. O texto (64) poderia ser até mais fácil, dependendo da familiaridade do interlocutor com a informação que lhe é transmitida.

No texto (63) o que existe é um conhecimento mais geral, e em (64) um conhecimento particular, que não é acessível a qualquer pessoa. Mas se o esquema suscitado na mente do indivíduo inclui as informações que lhe permitem estabelecer a inferência adequada em cada caso, seja ele derivado de um conhecimento geral ou particular, não haverá dificuldade na integração do texto (neste aspecto).

O que na verdade regula a dificuldade no estabelecimento de inferências é a especificidade do conhecimento dos assuntos em questão, ou seja, o grau de preenchimento dos esquemas evocados. Isto significa que, quanto mais definida for a noção que o ouvinte tiver dos fatos envolvidos na situação apresentada, maior será a sua facilidade de fazer as inferências necessárias.

Voltemos aos nossos exemplos (63) e (64). (64) nos parece mais difícil porque a informação veiculada não nos é adequada, isto é, não conhecemos o fato que relaciona a viagem de João ao telefonema à sua mãe. A seqüência (63), por outro lado, parece ser mais fácil porque é adequada ao tipo de conhecimento mais geral que a maioria dos indivíduos que lê esse texto possui.

Como sugere Nash-Webber (1978), o falante faz suposições acerca do conhecimento do ouvinte, e modela a sua fala de acordo com o receptor da mensagem.

"o uso de antecedentes e referentes de anáforas não-explicítos depende de um contrato entre o falante e o ouvinte. Este contrato exige que, se o falante usa uma expressão anafórica cujo antecedente ou referente foi derivado inferencialmente, o leitor pode e vai fazer a mesma inferência.

(pág. 1)

Estaria aí, provavelmente, uma das grandes diferenças entre a língua oral e a escrita, trazendo maiores problemas de compreensão para esta segunda modalidade. Quando o meio utilizado na comunicação é o oral, o falante geralmente sabe com quem está falando e pode, conseqüentemente, adequar a maneira de transmitir as informações ao conhecimento que ele sabe que o ouvinte possui. Na língua escrita, no entanto, esta adequação da mensagem torna-se menos segura, na medida em que o escritor raramente pode certificar-se do conhecimento prévio do leitor.

2.3.2. Alguns tipos de inferência

1 - Inferências de conhecimentos mais generalizados

(17) Aí eu fui entregar os slides pro homem, porque o negócio é carrossel - né?- vai colocando em seqüência.

[negócio = 'projedor de slides']

Como vimos na seção 1.2., neste caso a recuperação do antecedente da anáfora negócio depende de dois elementos: um (o item slide) introduz o esquema; o outro (de carrossel) é o predicado do elemento anafórico que delimita qual dos elementos pertencentes ao esquema é o referente correto da anáfora.

Os referentes recuperados com base em inferência de conhecimento mais generalizado podem ser expressos não somente através de anáforas tipo troço, mas também através de outros tipos de elementos anafóricos, como por exemplo as elipses:

(65) O Mário é flautista. Vou pedir para ele tocar Ø na nossa orquestra.

[Ø = 'flauta']

(66) A - Não vou gravar não porque eu tô inibido.

B - Não, ninguém vai ouvir Ø não.

[Ø = 'a gravação']

O termo 'relacionamento morfológico' ("morphologically related") foi usado por Lakoff e Ross (1972) (apud Webber, 1980, pág. 152) para se referir ao relacionamento de itens lexicais como flauta - flautista (exemplo (65)) ou gravar - gravação (exemplo (66)). Deve-se notar, entretanto, que em (65), por exemplo, o antecedente da anáfora não é determinado a partir de uma derivação morfológica, de uma regra gramatical, mas a partir de uma inferência baseada no esquema da expressão flautista.

2 - Inferências de conhecimento mais restrito

(21') A - Fui examinar doente fora, fui examinar mãe de aluno lá no ... lá perto do nosso lote, atrás do Xuá.
Lá na coisa.

B - Sei.

Vimos que, como as palavras do tipo troço são ditas na falta do vocabulário conveniente ou apropriado, na maioria das vezes o antecedente não pode ser encontrado literalmente no texto. Note-se que em (21') não há nenhuma indicação do contexto que sirva para indicar o referente da palavra coisa a um indivíduo que não possua os conhecimentos necessários para estabelecer a inferência adequada. Qualquer estranho que ouça ou leia este diálogo não tem nenhuma pista para poder decidir qual é o conceito que esta anáfora substitui. É importante notar a resposta de B (Sei), que mostra

3 - SNs definidos no contexto

(10) Roberto alugou um apartamento muito bom. Só a cozinha é que é pequena.

(67) Fui usar a máquina IBM do meu irmão mas o retrocesso não estava funcionando muito bem.

Os SNs definidos no contexto, como o sintagma o retrocesso do exemplo (67) já foram comentados no capítulo anterior, especialmente nas seções 1., 2. e 3.1.: A este respeito Webber faz a seguinte observação:

"(...) as inferências que incorporam um conhecimento geral são necessárias para fornecer referentes para os sintagmas nominais definidos que, fora do contexto, não teriam um referente único e portanto não teriam sentido."

(1980), pág. 150)

A interpretação de SNs definidos pode basear-se em conhecimentos mais universais (como no exemplo de número (10)), ou em conhecimentos mais restritos (como no exemplo (67)).

3. Interação das bases para a recuperação de um antecedente

Há um aspecto que gostaria de deixar claro com relação às bases para a recuperação do antecedente da anáfora. Trata-se do fato de que os três tipos de relacionamento anafórico-antecedente apresentados (literal - reestruturação - inferência) não se diferenciam discretamente. Quero dizer que, embora seja possível traçar teoricamente as linhas que definem cada um desses parâmetros, há casos em que não é possível estabelecer somente uma única base para a recuperação do antecedente da anáfora. Isto porque a distinção entre essas três bases não é nítida, mas trata-se sobretudo de um contínuo, com a interação de fatores dos diversos parâmetros. Examinemos por exemplo o texto seguinte, tomado de Nash-Webber (1978):

(68) Cada menina deu uma blusa para Patrícia. Nenhuma delas assentou bem.

Como vimos, parece que temos aqui uma reestruturação do antecedente, uma vez que a anáfora não retoma a informação presente no texto de forma literal, nem tampouco esta informação tem de ser acrescida ao texto, como no caso das inferências. No entanto, como é possível saber que o pronome elas refere-se às blusas e não às meninas? Como é que o falante pode assegurar-se de que tanto ele quanto o ouvinte estariam raciocinando do mesmo modo? Isto é possível porque

o esquema do verbo assentar inclui a informação de que, por exemplo, blusas podem assentar bem. A comprovação disso é que, se modificarmos a segunda sentença, teremos outras interpretações, como pode ser comprovado pelos exemplos que se seguem:

(68') Cada menina deu uma blusa para Patrícia. Nenhuma delas soube escolher.

[elas = 'as meninas']

(68'') Cada menina deu uma blusa para Patrícia. Elas vieram de toda parte.

[elas = ?] (o pronome é ambíguo, em se considerando somente este texto)

Outro exemplo onde a reestruturação do antecedente apóia-se também numa inferência é o seguinte:

(69) Ó, eu vou dar a minha aula, não sei se os outros vão querer Ø.

A elipse encontrada depois de querer é uma anáfora, e Ø marca o lugar onde o ouvinte deve repor 'dar a aula deles'. Neste caso o antecedente é reestruturado de forma a dar lugar à função 'X dar a aula de X'. Esta interpretação era a correta no diálogo de onde foi extraída a sentença (69), mas não é a única possível. Existe também a possibilidade de completarmos a elipse da seguinte forma: "não sei se os outros vão querer que eu dê a minha aula". O problema que

eu vejo aqui é o seguinte: como é que o ouvinte conseguiu se decidir pela primeira ou segunda interpretação, isto é, quais foram os caminhos que ele tomou, ou em que se baseou a sua decisão? Acredito que o ouvinte só pode se decidir se tiver algum outro tipo de conhecimento além daquele expresso pelo texto.

Vemos então que, na identificação do significado de anáforas cujo antecedente foi reestruturado, em alguns casos o ouvinte pode também lançar mão dos esquemas evocados pelas expressões lingüísticas.

Isto não ocorre somente em casos de reestruturação, mas também em casos de recuperação literal, que pode se apoiar nos esquemas, como foi mostrado através dos exemplos (29), (29') e (29''), que repito, analisados na primeira parte deste trabalho (seção 3.2.).

(29) Mário emprestou o carro a Antônio porque ele não usa mais.

(29') Mário emprestou o carro a Antônio porque ele detesta andar a pé.

(29'') Mário emprestou o carro a Antônio porque ele enguiçou e só Antônio sabe consertá-lo.

Um outro exemplo onde é necessário o estabelecimento de uma inferência para se isolar um antecedente único dentre os mencionados explicitamente no texto é o que se segue. Desta vez, entretanto, a inferência baseia-se num co-

nhhecimento mais restrito ao falante e ao ouvinte.

(70) A - Encontrei uma porção de gente na festa: o Cláudio,
o Evandro, o Joaquim ...

B - Ele não te falou nada sobre o desquite dele não?

Temos aí três possíveis antecedentes para as anáforas ele e dele (considerando-se que ambas têm o mesmo referente). O que permite que A recupere corretamente o antecedente da anáfora é o fato de poder estabelecer um relacionamento entre um dos três SNs mencionados (Evandro, por exemplo) e a situação de 'estar se desquitando'. A interpretação correta da anáfora, embora baseada num conhecimento restrito aos interlocutores, reflete o mesmo processo de estabelecimento de inferências feito com conhecimentos mais universais. Isso não impede, evidentemente, que a recuperação possa ser considerada literal.

Um estranho que ouça ou leia esse diálogo terá duas possíveis reações: ou (a) tenderá a identificar o pronome ele, por exemplo, com Joaquim, que é o SN masculino, singular e humano mais próximo, ou seja, o último mencionado, e que, de acordo com o princípio da recência ("recency") formulado por Webber (1980, pág. 156) é o mais forte candidato a antecedente da anáfora (realmente não há nenhum elemento lingüístico que impeça que esta identificação seja feita); ou (b) tenderá a não aceitar a sentença, isto é, não conseguirá interpretar a anáfora porque ela viola a condição da unicidade ("uniqueness"), assim descrita por Clark e Haviland (1977):

"A informação dada fornecida pelo falante precisa permitir ao ouvinte computar um antecedente único. Se o ouvinte encontra dois ou mais antecedentes possíveis, ele não será capaz de decidir qual deles é o referente que o falante teve a intenção de transmitir e haverá uma quebra na comunicação. Assim como as violações de propriedade ("appropriateness"), violações de unicidade levam a julgamentos de que o enunciado é inaceitável no contexto."

(1977, pág. 9)

E ainda:

"C. Unicidade

1. Violação pelo falante: Não permitida
2. Estratégia do falante quando encontra violação: Nenhuma
3. Conseqüência da violação: o ouvinte julga que a sentença é inaceitável no contexto."

(pág. 10)

Pode ser que a condição da recência seja realmente importante na recuperação de anáforas que não tenham outra base para a interpretação além do que vem explícito no texto, mas não em casos como (70). Neste exemplo o pronome ele refere-se a Evandro, que é o único candidato a antecedente que inclui, no seu esquema, a informação de que 'está se desquitando'.

Note-se que, embora pareça às pessoas não participantes do diálogo que houve quebra do princípio da unicidade, na verdade isso não aconteceu: havia só um possível an

tecedente. Mas isso só pode ser comprovado por quem possa ve
rificar, entre os esquemas dos nomes mencionados, em qual de
les encontra-se uma informação positiva com relação ao desqui
te do indivíduo que constitui o núcleo do esquema.

4. Pontos divergentes e complementares deste trabalho com relação aos artigos de Nash-Webber (1977, 1978 e 1980)

Apesar de a análise feita por Nash-Webber e a que apresentei aqui terem, grosso modo, a mesma diretriz, existem algumas colocações divergentes ou complementares que gostaria de salientar.

Em primeiro lugar, vamos retomar uma passagem do seu artigo:

"as expressões anafóricas não se referem a segmentos no texto, mas a entidades que se presume que estejam na mente do receptor."

(1977, pág. 3)

Todos temos que admitir que o referente de uma expressão lingüística (anafórica ou não) se distingue dessa expressão, e é uma entidade mental. Porém Nash-Webber, partindo da observação de que um elemento anafórico serve, em última análise, para recuperar um referente, e de que um referente é uma entidade mental, acaba, na prática, por negligenciar a base lingüística da recuperação. Como vimos, há casos - como por exemplo em (40).

(40) A testemunha temia que o advogado a insultasse.

onde há uma recuperação literal do antecedente - em que a forma lingüística com que é expresso um determinado conceito é fundamental no uso e na interpretação da anáfora. A diver-

gência existente concentra-se então no fato de que a análise aqui proposta considera o processo de estabelecimento da relação entre o anafórico e seu antecedente, ao passo que a análise apresentada por Nash-Webber parte da relação anafórica já "pronta".

Em segundo lugar, Nash-Webber chama de "inferência" a qualquer tipo de recuperação do antecedente que envolva raciocínio. Portanto, esta autora não distingue (como fizemos aqui) a recuperação do antecedente com base numa reestruturação de informações explícitas no texto (decorrente do próprio conhecimento da língua) da recuperação com base em informação extra-lingüística, não presente no texto (mas que pode ser depreendida se os esquemas levantados no texto estiverem preenchidos com a informação adequada que possa funcionar como referente da anáfora em questão).

Embora ambos os processos aqui apresentados (reestruturação e inferência) envolvam elaboração mental, acredito que há uma diferença fundamental entre esses dois tipos de relacionamento anafórico-antecedente (afora o aspecto da localização da informação que é a base para a recuperação do antecedente, isto é, o fato de que no primeiro caso ela se encontra dentro do texto, e no segundo caso fora dele) e que fica encoberta no enfoque apresentado por Nash-Webber : quando o tipo de raciocínio envolvido implica somente numa reestruturação do antecedente, isto significa que a identificação desse antecedente é acessível a qualquer indivíduo que domine convenientemente as regras de estruturação da língua;

por outro lado, o tipo de relacionamento anafórico-antecedente que envolve inferência tem um caráter mais restrito, uma vez que a anáfora retoma elementos não explícitos no texto, mas que o falante supõe que possam ser identificados pelo ou vinte através das poucas informações veiculadas pela própria anáfora, somadas às informações fornecidas por outros elementos do contexto. Essa distinção parece bastante importante, principalmente porque uma conclusão que se pode tirar daí é que as anáforas que têm base em inferência (terceiro tipo da classificação aqui apresentada) devem ser muito menos frequentes na língua escrita do que na oral, uma vez que o escritor pode supor relativamente pouca coisa com relação ao conhecimento não-lingüístico do leitor, ao passo que na língua falada, especialmente nos casos mais comuns nos quais o falante se dirige a uma pessoa determinada, específica (ou a mais de uma), ele pode pressupor, com muito mais segurança, diversas informações que ele sabe que o ouvinte possui. O emprego de anáforas com base em inferência é potencialmente um ponto que pode provocar dificuldade ou bloqueio na compreensão do enunciado escrito.

O terceiro ponto, que não é uma divergência, mas uma questão complementar, refere-se à resposta a uma pergunta importante: quando é possível o estabelecimento de uma inferência? - ou ainda - em que condições é possível que o ouvinte seja capaz de inferir corretamente o referente de uma anáfora, não explícito no texto? Este aspecto do relacionamento anafórico, não resolvido por Nash-Webber, podemos ex

plicitar a partir da noção de esquemas, uma vez que, ao evocar juntamente com o seu núcleo elementos não presentes literalmente no discurso, o esquema constitui também uma fonte de referentes das anáforas. O ouvinte é capaz de identificar um desses elementos, contidos nos esquemas evocados, como sendo a informação que o falante tencionou transmitir através da anáfora, se o contexto lingüístico for suficientemente definido a ponto de delimitar convenientemente um único candidato a referente da anáfora.

O quarto ponto a considerar é que o tipo de fenômeno do relacionamento das anáforas a elementos presentes nos esquemas evocados não é considerado na literatura lingüística em geral. Apesar de Nash-Webber (1978) também tratar do problema das inferências relacionadas à interpretação das anáforas, a sua abordagem é diferente da que apresentamos aqui. Essa autora sugere, a partir das regras apresentadas, que se pode usar uma expressão anafórica para se referir a uma entidade E não explicitamente presente no texto quando alguma regra lógica do mundo real nos autoriza a inferir a existência necessária de E a partir de informações presentes no texto.

Já o que proponho é diferente. Nenhuma regra lógica do mundo real nos autoriza a inferir, por exemplo, que se há slides, há projetores (como foi mostrado no exemplo (17), páginas 25, 33 e 42), mas esse é um conhecimento não-necessário, acidental, não-lógico. O que dissemos é que a regra fundamental para o estabelecimento de inferências é: pode-se

usar uma expressão anafórica para se referir a uma entidade E não explicitamente presente no texto quando o nosso conhecimento de um item I presente no texto inclui E no seu esquema. Mostramos também em que condições uma expressão anafórica pode se referir a E (quando E não está explícito no texto):

- a) condições "cognitivas" (relacionamento de alguma forma a I, isto é, presença de E no esquema de I);
- b) condições lingüísticas:
 - b1) presença de I no contexto anterior +
 - b2) (em alguns casos controlados) predicado modificado por elemento que também seja relacionado a I, isto é, que contenha E no seu esquema.

Ficam então definidas quais são as condições que permitem o mesmo tipo de raciocínio por parte de todos os participantes do discurso na determinação do antecedente da anáfora.

CONCLUSÃO

Procurei examinar neste trabalho, a partir da observação de certos empregos e resoluções de anáforas, quais são as condições lingüísticas que permitem ao ouvinte interpretar a anáfora com o mesmo significado que o falante tentou transmitir.

Isto nos levou, inicialmente, a examinar a definição corrente de anáfora, que limita o seu uso e a sua possibilidade de interpretação à presença do antecedente da anáfora na "consciousness" do ouvinte. A anáfora seria então, necessariamente, um elemento dado. Contrariamente ao que se supunha, verificamos que, embora seja lícito dizer que todo elemento 'dado' é uma anáfora, a recíproca não é verdadeira, ou seja, nem toda anáfora possui o status 'dado', segundo a definição deste termo apresentada em Liberato (1980).

Mostramos que a anáfora recupera, em certos casos, elementos não explícitos no texto, mas evocados no esquema ativado por determinado item léxico presente no discurso. Somente a partir da teoria dos esquemas - descritos como

conjuntos de entidades cognitivas inter-relacionadas que podem ser ativadas por uma expressão lingüística - é que é possível explicar certos fenômenos de anáforas, como por exemplo a recuperação do genérico a partir do particular, a interpretação dos SNs definidos no contexto, e a resolução de outros casos onde o antecedente não está explícito no discurso.

Observamos, seguindo essa teoria, que o esquema de um conceito particular é uma instanciação do esquema genérico que lhe corresponde. Em outras palavras, isto quer dizer que o esquema particular é compreendido como uma focalização especial de uma determinada área do esquema genérico de mesmo núcleo. O núcleo, por sua vez, é compreendido como a soma dos traços que definem um determinado nódulo. Os elementos definicionais de um indivíduo particular, que não estão contidos no núcleo do esquema genérico, correspondem a variáveis fixadas deste mesmo esquema genérico. Vimos então que, em situações lingüísticas, é possível dizer que num sintagma que remete a um referente particular (como por exemplo este gato), o significado da expressão é computado a partir da soma de: [conceito genérico (que é o que dá identidade ao particular)] + [especificador de indivíduo (que confere individualidade ao particular)].

A noção de esquema, que não está ainda devidamente desenvolvida na literatura, estando portanto num estágio inicial de equacionamento metodológico, mostra-se uma questão teórica básica e de fundamental importância na expli

cação de certos usos e resoluções de anáforas.

A partir da constatação de que é possível o relacionamento de anáforas a elementos não-nucleares que fazem parte de um esquema evocado, questionamos o tipo de material presente na "consciousness". Indagamos se a "consciousness" é realmente uma noção discreta²², e portanto se os elementos que estão aí presentes são somente aqueles ativados "diretamente" por um estímulo (como, por exemplo, o referente de um item léxico, ativado por este mesmo item léxico), ou se, ao contrário, a "consciousness" tem um caráter contínuo, sendo que também os elementos que fazem parte de um esquema, focalizados com maior ou menor realce na memória do ouvinte, podem ser entendidos como presentes na "consciousness", em graus diversos.

No entanto, independentemente da resposta que se dê a esta questão, ou seja, mesmo se admitíssemos que a "consciousness" possui um caráter mais abrangente, que englobaria também os elementos pertencentes a um esquema evocado, ainda assim não poderíamos dizer que toda anáfora tem o seu referente presente na "consciousness" do ouvinte no momento em que é enunciada. Há outros casos de empregos de anáforas em que o referente não está, definitivamente, presente na "consciousness": são os casos de catáfora e os casos onde,

22 - Ou, pelo menos, se é uma noção descritível em termos binários: presente x ausente da "consciousness".

por exemplo, o discurso se inicia com uma anáfora, sendo que a predicação seguinte é suficientemente delimitadora do significado a ponto de dirigir o ouvinte na direção do referente correto da anáfora. Somos, portanto, obrigados a desvincular a noção de anáfora da condição de dadidade.

Vimos também que a predicação exerce um papel importante, funcionando como um filtro de ambigüidades em casos onde há concorrentes viáveis a referente da anáfora. Assim, a predicação é fundamental em casos, por exemplo, de antecedentes explícitos porém ambíguos, em outros em que é feita a recuperação de um elemento não-nuclear do esquema evocado, e em outros casos ainda onde o referente não está presente na "consciousness" no momento da enunciação da anáfora.

Além disso, incluimos no elenco dos elementos anafóricos os itens que chamamos de anáforas tipo troço, uma vez que, assim como os pronomes e as elipses, por exemplo, também esses itens são semanticamente polivalentes, contêm uma matriz semântica pouco especificada, e são utilizados em substituição a uma determinada expressão.

Mostramos a importância da especificação da matriz semântica na análise dos elementos anafóricos, uma vez que é esta característica que pode explicar a impossibilidade do emprego de qualquer tipo de anáfora em determinado contexto, para recuperar um antecedente específico.

A partir de todas essas noções, expressas no capítulo I, estabelecemos três tipos de bases em que o ante-

cedente se apoia para identificar o significado da anáfora:

- (a) a recuperação do antecedente literal, onde a anáfora repete características semânticas do item léxico que funciona como seu antecedente (como gênero e número, por exemplo);
- (b) a recuperação do antecedente a partir de uma reestruturação da informação transmitida explicitamente; e
- (c) a identificação do referente a partir de uma inferência pragmática, que tem base, por sua vez, nos esquemas evocados pelas expressões lingüísticas explícitas no discurso.

Pretendi, portanto, examinar um aspecto referente ao fenômeno do uso e da interpretação das anáforas, que é a relação anafórico-antecedente. Resta-me a certeza, não de ter equacionado em definitivo um problema tão complexo, mas de ter suscitado, por outro lado, novas indagações e reflexões a respeito do uso da língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAFE, W. L. (1973) "Language and Memory", Language, 49, 2.
- _____ (1974) "Language and Consciousness", Language, 50, 1.
- _____ (1976) "Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subject, Topic, and Point of View", in Li, Ch. N., org., Subject and Topic, Academic Press.
- CHASTAIN, C. (1975) "Reference and Context", in Gunderson, K., org., Language, Mind and Knowledge, Univ. of Minnesota Press.
- CLARK, H. H. e HAVILAND, S. E. (1977) "Comprehension and the Given-New Contract", in Freedle, R. O., org., Discourse Production and Comprehension, Ablex.
- DONNELLAN, K. S. (1971) "Reference and Definite Descriptions", in Steinberg, D. D. e Jakobovits, L. A., orgs., Semantics, Cambridge University Press.
- _____ (1978) "Speaker References, Descriptions and Anaphora", in Cole, P., org., Syntax and Semantics vol. 9, Pragmatics, New York, Academic Press.
- FODOR, J. A., BEVER, T. G. e GARRETT, M. F. (1974) The Psychology of Language, New York, McGraw-Hill.

- FULGÊNCIO, L., PERINI, M. A. e REHFELD, M. B. (1982) "Percepção Lingüística e Fatiamento", trabalho apresentado no Grupo de Estudos de Leitura, PUC, São Paulo.
- GARVEY, C., CARAMAZZA, A. e YATES, J. (1976) "Factors Influencing Assignment of Pronoun Antecedents", Cognition, 3.
- GRICE, H. P. (1967) "Logic and Conversation" William James Lectures, Harvard University. Publicado em Cole, P. e Morgan, J. L., orgs., Studies in Syntax, vol. 3, New York, Seminar Press, 1975.
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. (1976) Cohesion in English, Longman.
- LAKOFF, G. e ROSS, J. R. (1972) "A Note on Anaphoric Islands and Causatives". Linguistic Inquiry, 3.
- LIBERATO, Y. G. (1980) Sobre a Oposição Dado-Novo, dissertação de Mestrado, UFMG.
- LYONS, J. (1977) Semantics, Cambridge University Press.
- MILLER, G. A. (1956) "The Magical Number Seven, Plus or Minus Two: Some Limits on our Capacity for Processing Information", Psychological Review, 63.
- MINSKY, M. (1975) "A Framework for Representing Knowledge", in Wiston, P., org., Psychology of Computer Vision, McGraw-Hill.

MORGAN, J. L. e GREEN, G. M. (1980) "Pragmatics and Reading Comprehension", in Spiro, R. J., Bruce, B. C. e Brewer, F. W., orgs., Theoretical Issues in Reading, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

NASH-WEBBER, B. L. (1977) "Anaphora: A Cross Disciplinary Survey". Urbana-Campaign, Center for the Study of Reading, University of Illinois, Technical Report nº 31.

(1978) "Inference in an Approach to Discourse Anaphora". Urbana-Champaign, Center for the Study of Reading, University of Illinois, Technical Report nº 77.

PERINI, M. A. (1981) "Discourse Topics and Readability", trabalho apresentado ao VI Congresso da AILA, Lund, Suécia.

PERINI, M. A. et al. (1982) "Definição Lingüística da Legibilidade", Relatório de pesquisa, INEP.

PONTES, E. (1980) "On 'Deep and Surface Anaphora'", Ensaio de Lingüística 3, UFMG.

RUMELHART, D. E. (1980) "Schemata: the Building Blocks of Cognition", in Spiro, R. J., Bruce, B. C. e Brewer, F. W., orgs., Theoretical Issues in Reading, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

- RUMELHART, D. E. e ORTONY, A. (1976) "The Organization of Knowledge in Memory". Center for Human Information Processing, University of California, Technical Report n° 55.
- SAG, I. e HANKAMER, J. (1977) "Syntactically vs Pragmatically Controlled Anaphora", in Fazold, R. W. e Shuy, R. W., orgs., Studies in Language Variation: Semantics, Syntax, Phonology, Pragmatics, Social Situations, Ethnographic Approaches. Georgetown, University Press.
- SCHANK, R. C. (1978) "Predictive Understanding", in Campbell, R. N. e Smith, P. T., orgs., Recent Advances in the Psychology of Language, New York, Plenum Press.
- WEBBER, B. L. (1980) "Syntax Beyond the Sentence: Anaphora", in Spiro, R. J., Bruce, B. C. e Brewer, W. F., orgs., Theoretical Issues in Reading, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Dissertação apresentada na Faculdade
de Letras da UFMG, fazendo parte da
banca examinadora os seguintes pro-
fessores :

João Constant Libera

Edmundo de Faria

Orientador : Mário A. Perini

Prof. Mário Alberto Perini, Ph.D.

Belo Horizonte, 1983